

Diário do Legislativo de 14/08/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 46ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/8/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105; encerramento da discussão; questão de ordem; discursos da Deputada Elisa Costa e do Deputado Sávio Souza Cruz; votação secreta do veto aos incisos II e III do art. 14; manutenção; votação secreta do veto aos arts. 1º a 13, ao inciso I do art. 14 e aos arts. 15 a 18; rejeição; declarações de voto; registro de presença; declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 669, 1.332 e 1.354/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos II e III do art. 14 e pela rejeição do veto aos demais dispositivos. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Tenho uma questão de ordem, Presidente. Votaremos primeiro o veto ou o destaque do art. 14?

O Sr. Presidente - Votaremos inicialmente os incisos II e III do art. 14.

O Deputado Lafayette de Andrada - Então, votaremos inicialmente o destaque.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa* - Cumprimentando o Sr. Presidente, as Deputadas, os Deputados presentes nesta Casa Legislativa e todo o povo de Minas Gerais, quero fazer um breve histórico da posição das Bancadas do PT e do PCdoB ao longo destes meses em que debatemos esse projeto, que não foi debatido somente por esta Casa, mas também pela sociedade, pelos movimentos sociais, pelo Ministério Público, enfim, por todo o Estado.

Inicialmente, quero fazer uma consideração sobre a emenda relativa ao foro especial. Fazendo um registro de forma bem-avaliada e muito humilde, a nossa primeira posição, quando foi votada na Advocacia-Geral da União a emenda apresentada aqui em Plenário, foi pouco refletida naquele momento, até motivada por experiências muito negativas entre a bancada, esta Assembléia e o Ministério Público. Não tivemos, então, o tempo necessário para aprofundar as reflexões em relação ao tema, em que percebemos haver questionamentos jurídicos, constitucionais e políticos. Com o voto favorável da bancada naquele momento, fomos muito questionados por nossa base social, pelos movimentos sociais e pela imprensa, o que foi reforçado com a constatação da inconstitucionalidade daquela primeira emenda apresentada.

Muito se disse, aqui em Plenário, sobre os excessos e as omissões do Ministério Público, o que foi lembrado por todos aqui.

Considero até que as omissões foram muitas vezes maiores do que os excessos nas disputas das oligarquias locais entre as Prefeituras e os Deputados. Isso é um fato real; mas também é fato que nós, Deputados Federais e Estaduais, temos de brigar cada vez mais pelo princípio republicano, pela igualdade para todos. O povo que representamos também deveria ser especial. Faço esse registro para avançarmos nessa construção.

Estamos, publicamente desta tribuna, defendendo, sim, o veto. Essa reflexão foi um amadurecimento da Bancada do PT, que se consolidou e fortaleceu, quando essa emenda foi incorporada ao projeto do Ministério Público, que já tramitava nesta Assembléia. A posição da Bancada em relação ao projeto do Ministério Público sempre foi coerente. Desde o início, tínhamos posições contrárias ao projeto enviado pelo Procurador-Geral. Essa iniciativa é do Procurador-Geral, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público. O projeto, ao instituir gratificação por acumulação de atribuições, indenização, 15% de aumento, ao criar Promotorias de Justiça em algumas comarcas, ao elevar entrâncias especiais em algumas Promotorias, criou uma grande disparidade salarial entre o Ministério Público e o Judiciário, extrapolando o teto dos salários, o que certamente trará prejuízos à Lei de Responsabilidade Fiscal. Somadas a isso, as emendas apresentadas, cujo mérito não avaliamos por serem contrárias ao conjunto do projeto, desfiguraram o papel do Ministério Público, aumentaram as despesas do povo de Minas Gerais, modificaram a estrutura da instituição ministerial, principalmente sua organização interna, comprometendo a autonomia administrativa e as prerrogativas constitucionais do Ministério Público. Mais uma vez com coerência, a bancada votou pela retirada do projeto, pedida pelo Ministério Público, com que não concordou a maioria dos Deputados da Casa.

Registro esse histórico para marcar este momento, que é de retomada do diálogo entre a Assembléia, o Ministério Público e prioritariamente a sociedade. Como manifestaram nossos Deputados, o Ministério Público tem grande presença nas Comissões da Assembléia, nas audiências públicas. Difícilmente ocorre uma audiência pública, sem a presença de um representante do Ministério Público.

Neste momento, queremos sensibilizar esta Casa para que vote "sim" ao veto e que não sejam considerados casos isolados ou particulares de bancadas ou Deputados. Que se pense prioritariamente na instituição Assembléia Legislativa, na instituição Ministério Público. O "sim" ao veto é a nossa justificativa e a justificativa do Governador que fere o interesse público. Qual interesse público é entendido pelo Governador de Minas Gerais?

A Assembléia está ferindo o interesse público, o interesse da sociedade? Esta é a justificativa? A base do governo votará contrariamente à sociedade. O que considero mais importante neste debate não é o posicionamento do Governador, até porque este, em vista dessa disputa, se aproveitou, como muito tem feito de maneira marqueteira, para conseguir uma projeção nacional e até internacional. O que nos chama a atenção é prioritariamente a relação da Assembléia com a sociedade, porque esta realiza nosso controle social e a ela devemos dar respostas.

Em meu entendimento, corremos o risco - e quero deixar aqui este registro - de transferir para o Ministério Público e para o Executivo o papel histórico do Legislativo de Minas Gerais, que é ser a voz da sociedade. Esta Casa Legislativa pode correr esse risco, se não soubermos trabalhar com inteligência, racionalidade e compromisso com a sociedade. Por que transferiremos para o próprio Ministério Público e para o Executivo estadual a responsabilidade de ser a voz da sociedade, de ouvir o clamor da população, de ser a reação dos movimentos sociais, parcela importante da sociedade, que se manifesta e pede que a Assembléia Legislativa esteja em sintonia com ela? Este papel é muito bem feito por esta Casa legislativa. Estou aqui há pouco tempo, mas percebo como a Assembléia é respeitada nos fóruns da sociedade, no aperfeiçoamento das leis, nas conferências, nas audiências públicas e na relação com a sociedade. Não podemos jogar fora esse papel histórico construído pelo Legislativo de Minas Gerais. Então, a força e a voz do Legislativo não são um espírito corporativo nem o espírito do corpo, mas sim a força presente na voz da sociedade. Essa é a força do Legislativo mineiro, e não apenas a nossa corporação, para garantir a unidade da nossa Assembléia Legislativa. A nossa força está além do que representamos aqui; a nossa força está na sociedade, na luta que realizamos e principalmente em quem representamos.

Deixo aqui esse registro e solicito, mais uma vez, que todos possamos votar unanimemente. Parte da Casa votará "sim", e parte, "não". Por que não votarmos "sim" ao veto, em nome de o Legislativo continuar a representar a voz da sociedade e estar em parceria com o Ministério Público, do ponto de vista da suas verdadeiras prerrogativas, sem excessos nem omissões, e principalmente em nome de a nossa Assembléia não se afastar da sociedade e estar em sintonia com ela? Quero fazer esse registro não pelo "marketing" do Governador nem pela nossa fragilidade, da qual ele se aproveitou efetivamente, projetando-se nacional e internacionalmente, mas para lembrar o verdadeiro papel do Legislativo. A vitória seria de todos: do Legislativo, do Executivo e da sociedade. Esse resultado, para mim, seria uma vitória desta Casa Legislativa, não uma pseudovitória de alguns, que não representaria a do conjunto do Legislativo do Estado de Minas Gerais.

Não podemos perder, e, neste momento, a vitória pode ser nossa. O Legislativo é do povo e não de si próprio. Então, para mim, é "sim" ao veto, à sociedade, aos movimentos sociais e à luta popular. Este é o nosso apelo à maioria desta Casa, que tem um sentimento popular muito forte e faz um brilhante trabalho em Minas Gerais. Fortalecer o Legislativo é fortalecer a relação com a nossa sociedade e com o nosso povo. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ontem tive oportunidade de, em um aparte concedido pelo Deputado André Quintão, dizer ao Plenário da Assembléia e à sociedade de Minas a minha posição a respeito desse veto. Quero aqui reiterar o meu encaminhamento pelo não-voto hoje, por uma razão simples. Regimentalmente, Sr. Presidente, quem quer derrubar o veto precisa de voto.

São necessários 39 votos para derrubar o veto. Para manter o veto, não são necessários votos. Aqueles que votarem "sim" ou "não" - e lembro que a votação é secreta - ficarão sob a mesma suspeição da sociedade em relação a como votaram nesse projeto. A sociedade apenas terá certeza da posição daqueles que não votarem e negarem publicamente o voto para a derrubada desse veto. Além disso, Sr. Presidente, o não-voto daqueles Deputados que se dizem favoráveis ao veto teria o condão de descortinar para a sociedade um teatro que avança nesta Casa. Temos um governo que veta o projeto, mas põe aqui dentro a sua base, para, em tempo recorde, derrubar o veto. Essa posição ficaria absolutamente clara para a sociedade de Minas, se aqueles que são favoráveis ao veto o fizessem não votando, deixando claro que o mesmo governo que veta é o governo que coloca a base para derrubar o veto. Deixaríamos assim o julgamento para a opinião pública mineira.

Infelizmente, nem todos que são favoráveis ao veto pensam como eu. Renovo o meu encaminhamento pelo não-voto daqueles que são favoráveis ao veto, porque só assim a sociedade terá condição de saber quem de fato é favorável ao veto. Renovo minha posição favorável ao veto, e a maneira que vejo de demonstrá-la é não votando, para que, sob o manto oculto do voto secreto, meu nome não fique sob a mesma suspeição de todos os demais que participarem dessa votação.

Sr. Presidente, embora presente, renovo minha disposição de não votar. Renovo o convite àqueles que são favoráveis ao veto para que façam a mesma coisa, a fim de que não paire sobre eles a suspeição do teatro e da encenação, nos quais aquilo que se faz é diferente daquilo que se fala. Esse é o meu encaminhamento, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa. a concessão da palavra.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto aos incisos II e III do art. 14.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 69 Deputados. Não houve voto contrário. Houve um voto em branco. Está, portanto, mantido o veto aos incisos II e III do art. 14. Oficie-se ao Governador do Estado. Em votação, o veto aos arts. 1º a 13, ao inciso I do art. 14 e aos arts. 15 a 18.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto

Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 9 Deputados. Votaram "não" 60 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado o veto aos arts. 1º a 13, ao inciso I do art. 14 e aos arts. 15 a 18. À promulgação. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105, exceto o veto aos incisos II e III do art. 14.

Declarações de Voto

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna para esclarecer o voto "sim" dos nove parlamentares do PT e do PCdoB desta Casa.

Nossa bancada, desde o início, foi contra o projeto por várias razões. Primeiro, porque ele criava uma gratificação absurda de 15%. Entendíamos que a lei do teto salarial seria desrespeitada, se essa gratificação fosse aprovada. Éramos também contra a paridade entre Promotores, Juizes, Procuradores e Desembargadores e, ao mesmo tempo, levantamos a inconstitucionalidade de o Ministério Público elaborar lei, o que seria específico da Lei de Organização e Divisão Judiciária. Isso é um verdadeiro absurdo.

Fiz, neste Plenário, daquele primeiro microfone da esquerda, um apelo ao Procurador-Geral para que retirasse o projeto antes que fosse aprovado na primeira comissão. Esse apelo foi expresso na imprensa também. Infelizmente o Procurador-Geral de Justiça não retirou o projeto, permitindo que, além da aprovação desse absurdo, que era uma promessa sua de campanha, o Poder Judiciário apresentasse todas as emendas que apresentou. Se éramos contra o projeto original, fomos também contra a emenda. Entendemos ser indevido e inconveniente apresentar-se uma questão como aquela, exatamente no momento em que a sociedade está sensível à transparência e à necessidade de fiscalização dos atos dos agentes públicos.

Reconhecemos, por um lado, que nessa crise toda houve um erro institucional fundamental do Ministério Público na forma como conduziu a questão nesta Assembléia. Mas, ao mesmo tempo, reconhecemos que o Ministério Público é fundamental para a democracia brasileira, pois ele é a defesa da sociedade, é a voz dos cidadãos. Ele tem sido um parceiro importante da Assembléia Legislativa em todas as Comissões, em todos os momentos. Mesmo com o excesso que porventura exista - e nós, da Comissão de Direitos Humanos, já denunciamos em nossas Comissões vários Promotores -, o Ministério Público é uma instituição que merece respeito. Alguns Promotores foram afastados dos seus cargos, outros respondem processos administrativos e criminais. A forma correta da democracia é essa. Ao se jogar a água suja fora da bacia, não se pode jogar junto a criança. E hoje essa criança, com toda certeza, chama-se grande luta do povo brasileiro pela moralidade, pela transparência e pela fiscalização dos atos dos agentes públicos. Hoje não é um dos dias mais felizes do Poder Legislativo. Retiro esse adesivo que usamos, "Sim ao veto", porque, como diz o ditado latino "Roma locuta, causa finita", entendemos que hoje o assunto não deveria mais ser objeto de discussão nesta Casa. Não se deveria falar mais em veto, mas procurar retomar o diálogo com o Ministério Público, pois este não pode, em hipótese alguma, ficar comprometido. Isso é importante.

Sr. Presidente, senhores Líderes, Mesa da Assembléia, entendemos que agora é a hora de buscarmos o diálogo e o entendimento. Isso é o melhor para o povo mineiro e brasileiro. Essa situação de beligerância não ajuda ninguém, fragiliza a democracia e o povo mineiro. Deixemos que a discussão aconteça no Supremo Tribunal Federal. Lá é o foro para discutir essas questões. Aqui deveríamos retomar o diálogo, a boa convivência e o relacionamento. É importante, Sr. Presidente, que V. Exa. procure imediatamente o Procurador-Geral de Justiça e a instituição Ministério Público, para que os diálogos sejam retomados.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui para fazer declaração de voto. Durante toda esta semana ocupei esta tribuna para apresentar à sociedade mineira os argumentos que motivaram a votação pelo "Sim ao veto" por parte da Bancada do PT-PCdoB. Entendemos que é uma matéria muito importante, pois envolve o Ministério Público, que é uma conquista da sociedade, que auxilia os Poderes no zelo do interesse público. Seria fundamental que quaisquer aperfeiçoamentos, alterações ou modificações, sem entrar no mérito, fossem precedidos de um amplo debate, como é de praxe, como hoje é rotina na Assembléia Legislativa de Minas, instituição exemplar para promover a interlocução qualificada com a sociedade civil.

Sr. Presidente, qualquer aperfeiçoamento - reitero também que todas, repito, todas as instituições e Poderes devem estar abertos ao aperfeiçoamento - deve ser precedido do debate público, aberto e democrático.

Alguns itens constantes nesse veto, algumas matérias que poderiam contribuir para maior controle social, para maior agilidade, para maior acompanhamento por parte da sociedade dos trabalhos do Ministério Público podem e devem estar sujeitos a um debate posterior. É preciso que a Assembléia promova maior diálogo com o Ministério Público. Espero que possamos, passada esta votação, reencontrar esse diálogo, porque é importante para a democracia mineira o fortalecimento de suas instituições.

É preciso discutirmos tudo, como a indenização, o mecanismo remuneratório proposto pelo Ministério Público. Temos informações subseqüentes à votação de que esse mecanismo remuneratório evitaria novas contratações, evitaria novo dispêndio financeiro. Não podemos prejudicar o Ministério Público. É importante que o mecanismo da indenização, o mecanismo da publicização dos termos de ajustamento de conduta, o mecanismo de controle eletrônico, de publicidade de processos do Ministério Público, sejam objeto não de uma pendência judicial que se arraste por anos, mas de um debate franco e aberto entre esta Casa, o Ministério Público e a sociedade.

Tenho certeza que o Procurador-Geral, Dr. Jarbas, pessoa digna, sensata, séria, correta e que conduz tão bem o Ministério Público mineiro, seus auxiliares, Promotores e Procuradores terão todo o interesse em, passada essa votação, promoverem o melhor diálogo possível com esta Casa, para que avancemos no que de bom se encontrava no projeto cujo veto foi derrubado.

O Bloco PT-PCdoB, de maneira unânime nesta Casa, manteve sua coerência com a votação anterior, manteve sua postura no sentido de promover a maior participação popular possível em projetos que envolvem temas tão relevantes para o Estado de Minas Gerais.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, infelizmente, dessa vez, o Governador não teve a capacidade política de mobilizar sua bancada para a manutenção do veto. Esperamos que o Ministério Público e que a Assembléia tenham responsabilidade neste momento enquanto instituições, e não simplesmente como pessoas, para promoverem o diálogo e o convívio institucional que Minas Gerais precisa e merece. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, nós, do PCdoB, com a Bancada do PT, votamos favoravelmente à manutenção do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105, em coerência com todo o procedimento de votação realizado durante a tramitação do projeto nesta Casa.

Temos um profundo respeito pela instituição Ministério Público, que é guardião do Estado Democrático de Direito. A forma como as alterações foram propostas não contribui para o aprimoramento dessa instituição, especialmente no que diz respeito à proibição de investigações de entidades de direito privado. Muitas vezes essas entidades também ferem os princípios democráticos e constitucionais deste País. A instituição Ministério Público tem a obrigação de investigá-las em defesa da ordem jurídica.

Sr. Presidente, entendemos que passamos e superamos uma etapa importante. O que chama a atenção é que, infelizmente, após a conclusão desse trabalho, pude perceber que o eixo central e a questão de fundo não é o aprimoramento do Ministério Público. Pude entender também que a questão de fundo não é a proteção à Assembléia Legislativa. Compreendi que a questão de fundo é a blindagem e a proteção, especialmente ao Poder Executivo e aos Secretários de Estado do Governador Aécio Neves. Essa é a conclusão a que pude chegar após essa votação, porque, senão, haveria uma incoerência no fato de o Governador do Estado tomar uma posição pelo veto total, sem ser acompanhado nem por um Deputado sequer da sua base.

A sociedade mineira ficou devidamente esclarecida de que, infelizmente, a posição do governo de Minas Gerais é a blindagem dos seus Secretários. Acredito que realizamos uma tergiversação da discussão no Plenário desta Casa, quando colocamos em foco a Assembléia Legislativa ou algumas distorções do Ministério Público. Não podemos compactuar com essa idéia. Acreditamos que acertamos ao manter o veto dessa instituição. Agora, a responsabilidade está nas mãos do Sr. Procurador-Geral de Justiça, pessoa por quem nutro um profundo respeito, por ser de extrema competência. A sua responsabilidade agora aumentou, porque a instauração de inquéritos contra as 1.981 autoridades, especialmente os Secretários de Estado e o Vice-Governador, passa para a competência privativa do Sr. Procurador-Geral de Justiça.

É importante que a sociedade mineira e a sociedade civil organizada ajudem o Ministério Público e o Procurador-Geral de Justiça a ter a devida agilidade e competência para instaurar os inquéritos quando for necessário, porque, em Minas Gerais, não permitiremos que se repita o que já aconteceu no passado neste país, quando tínhamos um Procurador-Geral da República, tido como "engavetador-geral" da República. Essa responsabilidade está agora nas mãos do Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais.

Cobramos a coerência do Governador Aécio Neves. Quero que Minas Gerais esteja atenta ao que ocorreu nesta Casa, porque, infelizmente, a base governista, o PSDB, não acompanhou o veto do Governador. Reafirmo o que disse ontem desta tribuna: com o maior respeito do mundo, parece-me que o Governador preferiu jogar a questão para a platéia.

De acordo com o nosso entendimento, esse projeto não contribui para o aprimoramento do Ministério Público e serve de subterfúgio para proteger e para blindar não os Deputados, mas os Secretários de Estado e o Vice-Governador. Por isso, mantivemos o nosso posicionamento do início ao fim, pela manutenção integral do veto. Continuaremos a discutir e dialogar com o Ministério Público, instituição extremamente respeitada, que desejamos aprimorar.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, assim como o colega Deputado Sávio Souza Cruz e outros que compõem este Parlamento, fui Vereador em Belo Horizonte.

Corre na Câmara Municipal uma história. Um Vereador denominou aquela como a casa do espanto. Percebo que temos uma filial da casa do espanto, que é a Assembléia Legislativa, e vou justificar. Vemos aqui a base fazendo oposição e a oposição fazendo base. Isso, para mim, é um espanto. Vejo aqui a defesa dos colegas do PT, com todo respeito, de uma forma, às vezes, num primeiro momento, para a minha limitação de compreensão, incompreensível.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que tenho a minha posição com relação ao projeto, e foi colocada para a minha bancada também. E coincide muito com o pensamento do colega de bancada, Deputado Sávio Souza Cruz, com relação à manutenção de alguns pontos do projeto, entre eles, vou chamar aqui, o do pseudo foro privilegiado. Resolveu-se denominar como sendo privilegiado, e vou colocar como pseudo foro privilegiado, como também a gratificação e a criação das comarcas. Mas eu me comprometi, como tem sido até aqui, a caminhar com a minha bancada. E, caminhando com a bancada, tenho procurado manter a coerência.

A pergunta que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, é que estamos em votação secreta, não é verdade? Veto é votação secreta. Assim considerando, creio que podemos encerrar a reunião, porque a votação já é conhecida, de certa forma, embora as partes não tenham sido ouvidas. Tenho aqui o jornal "O Tempo" de hoje, impresso, é claro, na noite de ontem para hoje, e temos estampado aqui o painel da votação. Estamos em votação secreta em termos. Digo que aqui é a casa do espanto por isso também. Aqui na página 3 está o painel de votação, embora eu não tenha sido ouvido a respeito de qual era a minha posição. Alguns outros Deputados aparecem aqui como não tendo sido encontrados. Mas, até onde sei, não fui procurado. No entanto, está aqui todo o painel de votação.

Eu gostaria, então, à guisa de sugestão, de pedir ao nobre Presidente que não gastemos mais tempo em votação, porque o painel já está aqui no jornal, para aquela que nós chamamos e consideramos, e, aliás, regimentalmente deve ser, votação secreta. Muito obrigado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do amigo e companheiro nosso, ex-Deputado desta Casa, Rogério Correia, a quem agradecemos a presença, que muito nos honra. Ele vai assumir o cargo de Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais. Nossos parabéns desde já, muito êxito para o nosso ex-colega Rogério Correia.

Declarações de Voto

O Deputado Padre João - Antes da declaração de voto, dando continuação a essa saudação, cumprimentamos o Deputado Rogério Correia, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fica, então, a nossa esperança de muito trabalho, sobretudo nos assentamentos. Temos um passivo social enorme, de mais de 10 anos, principalmente os remanescentes do Banco da Terra. Hoje há a política do crédito fundiário, mas temos esperança no trabalho do Rogério Correia.

Sr. Presidente, votei "sim" ao veto de acordo com a votação conduzida pela nossa Líder, Deputada Elisa Costa. Como alguns colegas já insinuaram e até se expressaram, não se trata de encenação, mas de coerência. Quero abordar dois aspectos dessa coerência. O primeiro é a luta que sempre travamos pela justiça social. Uma das coisas que garante a justiça social é uma política remuneratória mais igualitária. Esse projeto permite que os Promotores ganhem certas gratificações e indenizações, o que pode elevar os salários até a R\$30.000,00. Somos contrários a esse privilégio. Trata-se de privilégio, pois os Defensores Públicos, que têm um trabalho no mesmo espaço e também estão a serviço e em defesa dos pobres, têm um salário irrisório, que não corresponde ao seu desempenho.

Mas também não se trata de colocar o Ministério Público no mesmo balaio, no mesmo saco e desmerecer o seu trabalho. Há exageros de alguns Promotores, mas reconhecemos a importância do Ministério Público. Ai do meio ambiente, da criança, dos menores, se não fossem os valorosos Promotores, os dedicados, os comprometidos! Não podemos brincar nem repetir erros culturais como o da generalização. Ao vetar essa

matéria, como bem disse o Deputado André Quintão, o Governador acolheu, entendeu a nossa posição e nos acompanhou, como também acompanhou o sentimento da sociedade. Votamos favoravelmente ao veto nessa tentativa, mesmo que simbólica, porque era sabido que a maioria dos Deputados tentariam derrubá-lo, como o fizeram, permitindo assim nova legislação.

Votei "sim" ao veto e "não" aos privilégios, "não" à restrição de atuação do Promotor em sua comarca, mas não pode haver iniciativas, pois tudo é centralizado no Procurador-Geral. De certa forma, somos distintos pela posição, pelo próprio cargo, que, por natureza, já nos garante certos privilégios, inclusive remuneratório. No meu entendimento, não poderíamos buscar, por nossa própria iniciativa, mais privilégios. Essa é a minha declaração. Agradeço o entendimento e a compreensão dos nobres colegas Deputados.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de declarar o meu voto favorável, acompanhando principalmente a liberdade deste Poder. O Deputado Carlin Moura subiu nesta tribuna para dizer que é um absurdo a Bancada do Governo ser contra o veto do Governador. Deputado Carlin Moura, isso se chama independência do Poder Legislativo. Aqui não estamos atrelados ao que o Governador fala, temos independência. Hoje V. Exa. não teve oportunidade de fazer parte de um colegiado que, acima de tudo, mostra que estamos aqui para legislar.

Não estamos fazendo nada errado, estamos legislando. O Ministério Público pode estar hoje assustado. Alguns Promotores, com quem tive a oportunidade de conversar, estavam com medo de partir de Minas um movimento em todo o Brasil. Minas sempre fez, Deputado Carlin Moura, e aqui mostramos isso hoje. Mostramos a união desta Casa. Tivemos 60 companheiros comungando com a mesma idéia de independência do Poder Legislativo. Acima de tudo, estamos aqui para legislar.

O Deputado Durval Ângelo disse que agora é importante haver diálogo, mas esta Casa nunca foi contra ele. Sempre falamos, sempre comentamos. Tenho certeza de que hoje, mais tarde, o companheiro Eduardo Costa, da Rádio Itatiaia, no seu programa "Chamada Geral", vai falar que existe mordomia na Assembléia, vai falar que "eles votaram privilégios." Por que ele não fala que a Assembléia poderá fiscalizar o Ministério Público? Por que não é colocado dessa maneira?

Não entendi bem quando o Padre João disse que os Promotores têm que ser bem remunerados. Votamos mais R\$3.300,00. O Promotor irá ganhar R\$27.300,00. Será que é pouco? Acho que R\$27.300,00 mais as diárias é um bom salário. Agora teremos a oportunidade de saber quanto ganha um Promotor. Já sabemos quanto ganha um Deputado Estadual e agora sabemos quanto ganha um Promotor. Será que a população sabe disso? Acho que Minas Gerais se agigantou.

Quero deixar bem claro que tenho um bom relacionamento com o Ministério Público. Não tenho processo nem problema com o Ministério Público. Tenho as minhas posições. Uma delas é a defesa da legalização do jogo, mas enquanto não o legalizam, prisões serão feitas. Agora, por exemplo, o Ministério Público está deixando as maquininhas funcionarem. Queremos saber o que está por trás disso. Vamos saber hoje numa maciça audiência na TV que criei há 12 anos. Quero fazer um convite: estaremos em rede nacional, na TV Senado, no programa "Ver TV", às 22h30min, falando da TV Assembléia. Vou pedir aos Promotores que não deixem essas máquinas nos bares. Defendo a legalização, mas quem está defendendo a contravenção são os senhores.

Todo Promotor hoje está com a televisão ligada na TV Assembléia. A Casa mostrou a sua união, a Casa mostrou que, acima de tudo, estamos aqui para legislar, para fiscalizar. E é isso que estamos fazendo. E, Deputado Carlin Moura, V. Exa. teve oportunidade de ver a independência do Poder Legislativo. Por várias vezes foram derrubados ou mantidos vetos do Governador. Hoje temos a liberdade de votar, não temos imposição. Esta Casa mostrou que, com união e trabalho, continuará mostrando que estamos aqui para trabalhar e que Minas não fica parado. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Muitos falaram, inclusive a própria imprensa, que os papéis estavam invertidos: que a Situação votou contra o governo e a Oposição votou com o governo. Isso não aconteceu. O que faltou foi coerência por parte do governo do Estado. O Bloco PT-PCdoB manteve sua coerência, votamos contra o projeto inicial e a favor do veto do governador. O que ocorre é que o governador usou a Assembléia, porque todos os Deputados já têm a prerrogativa de serem julgados pelo Tribunal de Justiça. Também os Promotores e os Juizes a têm. O Governador apenas blinda seu governo, incluindo o Vice-Governador e os Secretários de Estado.

O Deputado Carlin Moura disse muito bem que, quando o Lula quis blindar o Presidente do Banco Central, assumiu o desgaste e mandou o projeto assinado por ele ao Congresso. Aqui, para o governo blindar seus Secretários, para aparecer para a grande imprensa e não se desgastar perante a opinião pública, usa a Assembléia Legislativa. Os Deputados da base do governo votaram coerentemente. Votaram para derrubar o veto do governador, mas que interessa ao governo. Senão, outro Deputado lembrou muito bem, se os Deputados da base do governo o tivessem contrariado, ele destituiria seus Líderes na Casa, voltaria com os Secretários, tiraria os suplentes, exoneraria todos. Se eles votassem contra o governo, o governo colocaria a mão muito pesada, voltando com os Deputados que são Secretários. Isso não aconteceu.

O governo faz hipocrisia: joga com a platéia para aparecer na grande imprensa. Não tenho medo. Quero chamar a atenção da imprensa que não divulgou o teor do Projeto de Lei Complementar nº 17. O Bloco PT-PCdoB teve coerência. Respeitamos o Ministério Público, reconhecemos que há excessos, que deve haver diálogo, mas a grande imprensa infelizmente não teve a coerência necessária. Não divulgou a base o coração do Projeto de Lei Complementar nº 17, que é a gratificação por acumulação de atribuições. Os Promotores e Procuradores que acumularem atribuições na mesma comarca, se for o titular em substituição, receberão 15% por isso. Se fosse Deputado ou Vereador, isso sairia nas capas de jornais, seria manchete de todas as televisões, de todas as emissoras de rádio, de todos os jornais do Estado. Sempre é quando se aumenta 1%, 2%, 3% ou 4% para qualquer parlamentar, seja Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador. Como o aumento foi para os Promotores, a imprensa praticamente não falou nada. Não teve coragem de falar do que trata o Projeto de Lei Complementar nº 17, que é uma gratificação por acumulação de atribuições. O Promotor já recebe R\$19.000,00, agora mais esses 15%. Além disso, criou uma indenização para os membros e servidores do Ministério Público por plantões exercidos nos finais de semana, nos feriados ou por razões urgentes. Se trabalhar depois do horário, vai receber quanto? Não sabemos quanto receberão. Se trabalharem nos finais de semana, receberão também. Não sabemos quanto o Promotor vai receber. Se trabalhar no sábado, domingo ou feriado vai receber mais também. Já recebem R\$19.000,00. E Promotor Eleitoral recebe mais um salário. Farei uma comparação: somos a favor de que o servidor seja bem remunerado, mas há limites. Um professor recebe uma miséria, um policial recebe uma miséria; os servidores da educação e da saúde recebem uma miséria. Não podemos admitir isso. Votamos com coerência. Votamos contra o projeto e contra a derrubada do veto.

O governador utilizou a Assembléia para blindar seu governo. A verdade tem de ser dita. Infelizmente, a grande imprensa não fez isso. Sei que os jornalistas que estão aqui queriam mostrar a realidade, só que, infelizmente, não podem. A realidade é que esse projeto cria uma gratificação por atribuições e por substituição dos Promotores e Procuradores e também uma indenização para os Promotores trabalharem nos finais de semana, feriados ou por medidas urgentes. Não haverá fiscalização nenhuma, não se saberá se bateram cartão de ponto, não haverá controle.

É muito importante falarmos a verdade. Hoje, um Delegado não recebe o que o Promotor paga de Imposto de Renda; o Defensor Público também não. Imaginem quantos professores dá para pagar com o que o Promotor paga de Imposto de Renda! Esse projeto inclui 15% de gratificação, com aumento, e também uma indenização para que os servidores, membros do Ministério Público, recebam por plantões e finais de semana. Votamos com coerência, reconhecemos o trabalho exercido pelo Ministério Público, que tem todo o nosso respeito.

Agradeço, Sr. Presidente, mas quero dizer que o governo do Estado joga com a platéia; que a imprensa não mostra a verdade do Projeto de Lei

Complementar nº 17, mas temos coragem e coerência para vir aqui falar a verdade. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz aqui hoje é essa discussão do Projeto de Lei Complementar nº 17 e o posicionamento da Bancada do PT e PCdoB, que parece que sentiu o golpe, assim como o Ministério Público também parece que sentiu. Por quê? Porque todos sabemos que o Ministério Público foi o instrumento que o PT teve para crescer na política, quando usaram o Ministério Público para o denunciamento, no período de três, quatro ou cinco anos atrás. Era uma coisa terrível para a classe política, porque o Ministério Público era sistematicamente usado pelos Promotores para praticar o denunciamento, sem nenhum critério, sem nenhum embasamento legal, apenas para desmoralizar as pessoas, apenas para acabar com as famílias.

Felizmente, a farsa também do PT caiu quando as corrupções em Brasília apareceram - talvez nunca tenha havido tantas - e chamaram o nosso partido, o PMDB, para ajudar a fazer a travessia, tamanha era a turbulência naquele período. Agora o Ministério Público se preocupa, porque sua máscara caiu.

O que estamos combatendo aqui, Deputado Sebastião Costa, não é o enfraquecimento do Ministério Público, até pelo contrário, queremos o seu fortalecimento. Mas o Ministério Público tem de ter a consciência de que não está acima da moralidade, de que não está acima do bem e do mal, praticando os maiores absurdos, principalmente contra a classe política e as pessoas menos favorecidas, com seus TACs e ameaças. Há lugar aí em que o Promotor, na época de eleição, vestiu-se de policial, pôs um revólver de lado e foi fiscalizar as eleições.

Isso é abuso. Pela primeira vez, uma instituição importante como a Assembléia Legislativa reagiu contra esses desmandos. Eles sabiam que, por seus excessos, uma hora iriam cair. E caíram pela reação da Assembléia Legislativa.

Perguntou-me um representante da imprensa se não estamos preocupados com a opinião pública. Não, não estamos preocupados com a opinião pública, porque representamos esse público; porque estamos aqui, legitimamente, defendendo interesses públicos. Às vezes, podem discutir se estamos preocupados com a opinião publicada. Se a opinião publicada estivesse dando a opinião verdadeira sobre o que estamos votando aqui, talvez ficássemos um pouco preocupados, mas, entre a maioria das reportagens veiculadas nos últimos dias, nenhuma deu a versão correta sobre o projeto de lei.

Perguntei aos jornalistas que cobrem a Assembléia: por que, quando falam de privilégio, só se referem a parlamentar? Por que não falam que o Ministério Público também está inserido naquele artigo? Por que não falam que os Desembargadores estão inseridos naquele artigo? Não, é só o parlamentar. A imprensa escreve, mas se esquece do que o Lula tem dito muito ultimamente: "Ai de nós se não fosse o Parlamento; ai de nós e ai do povo se não fosse o Parlamento".

O Parlamento ainda é a sustentação da democracia. O Parlamento ainda é a sustentação da liberdade dessa imprensa, que insiste em nele bater sem nenhum critério e sem nenhuma responsabilidade.

Hoje a Assembléia marcou um ponto. Infelizmente, Carlin, não posso concordar com os discursos de V. Exas. Não posso concordar. Não tiramos poder do Ministério Público. Não blindamos Deputados. Somos coerentes com o nosso posicionamento. O que hoje defendemos, com a maioria absoluta dos parlamentares aqui presentes, é o povo brasileiro. Estamos defendendo a classe política, estamos defendendo o produtor rural, que tem sofrido nas mãos do Ministério Público, principalmente na questão ambiental. Nós exercemos o nosso papel de proteger o povo mineiro porque excessos estavam sendo cometidos. Parece-nos que vivíamos a ditadura do Ministério Público, que interveio nas administrações municipais, intervém em qualquer situação, como se fosse o paladino do bem e do mal.

Deputado Zé Maia, hoje é um dia de glória para o povo mineiro já que nós é que representamos esse povo. Gostaria que a imprensa fizesse um quantitativo de votos aqui representados para dar conhecimento à opinião pública, que não sabe o que se está passando aqui. Os advogados, num primeiro momento, quiseram questionar sem conhecer o projeto. Quando conheceram o projeto, viram que tínhamos razão. Tanto tínhamos razão, Sávio Souza Cruz, que o Ministério Público propõe fazer, por normatização interna, aquilo que propomos na legislação. E se houve reação é porque propusemos mudanças. Se tivéssemos votado apenas o aumento de 15%, isso seria a acomodação do Ministério Público e ninguém estaria reclamando. Mas, quando propusemos mudança, houve a reação. Aí sim, a Assembléia Legislativa pôde dizer, com muita tranqüilidade: propusemos e aprovamos mudanças no Ministério Público. Não aprovamos aqui, ajeitamento da instituição Ministério Público. Propusemos essas mudanças, que foram aprovadas, e vamos fiscalizá-las e acompanhar as ações do Ministério Público. Muita gente diz: o Ministério Público vai perseguir Deputado. Tomara que persiga. Tomara que tenham a coragem, a partir de hoje, de perseguir qualquer Deputado, como estavam fazendo até agora. Tomara que ponham as manguinhas de fora para discutirmos o assunto em nível nacional, o que já começou a ser feito.

Talvez, aqui, os Deputados do PT não entenderam a mensagem do Presidente Lula, que disse, em rede nacional, há uns 15 dias, que precisávamos rever as ações do Ministério Público e da Polícia Federal. Não pela sua instituição, pelo seu fortalecimento, mas pelos excessos cometidos, e é isso que estamos combatendo. Portanto, não posso concordar com o posicionamento do PT e do PCdoB, colocando aqui essa faixa, para aparecer na imprensa. Chega de aparecer. O PT já apareceu demais utilizando o Ministério Público. Não precisava disso. Isso é tentar desmoralizar o Parlamento dentro do próprio Parlamento. Quero ver se o Ministério Público mandará divulgar essas faixas que vocês colocaram. Sempre falei que o Ministério Público foi, e espero que não seja mais, instrumento de denunciamento, principalmente do Partido dos Trabalhadores.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, manifesto-me, mais uma vez, embora já o tenha feito no encaminhamento da votação, devido aos ataques feitos ao Partido dos Trabalhadores, principalmente por um partido que respeitamos historicamente, o PMDB, que hoje, depois do PT, é o partido que tem maior presença no governo Lula, no governo federal. Cabe-me fazer uma referência às falas que nos antecederam.

Em primeiro lugar, como a votação do veto é sempre secreta, tínhamos, sim, que manifestar a nossa posição nesta Casa Legislativa para a compreensão não só dos parlamentares, que já a conheciam, mas também da própria sociedade, que tem acompanhado muito de perto o debate que se trava aqui.

Reconheço, assim como toda a nossa bancada, que a instituição Ministério Público tem agido, em alguns casos isolados, com excessos e com omissões, o que considero ainda mais grave, porque, omitindo-se, posiciona-se às vezes muito mais a serviço dos poderosos do que dos mais pobres, dependendo das oligarquias locais, do partido político que está no governo e de sua relação local com representantes de setores de algumas regiões do Ministério Público - alguns processos são engavetados, crimes eleitorais às vezes não são elucidados, há compra de votos, etc. Sabemos disso, mas não podemos prejudicar a imagem ou a atuação da instituição Ministério Público, como não podemos prejudicar a imagem e a instituição do Poder Legislativo por força de alguns Deputados que tenham de forma mais acentuada processos construídos na Justiça por Promotores nas diversas áreas de Minas Gerais. Parece-me que este é o momento da sensatez, do equilíbrio, do diálogo: nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

E nossa posição foi coerente, principalmente em relação ao projeto do Ministério Público que aqui tramitava. Desde abril, quando ele chegou aqui, já defendíamos que isso traria uma sobrecarga de recursos ao povo de Minas Gerais, aumentando com indenizações, cumulando gratificações, até mesmo acima do teto previsto pelo Supremo. Essa é uma posição coerente, e defendíamos isso de maneira muito clara. Quando a emenda do foro especial se agrupou a esse projeto, e, mais ainda, quando as emendas apresentadas, algumas inconstitucionais,

tornaram parte da atuação do Ministério Público fragilizada, consolidou-se a posição das Bancadas do PT e do PCdoB.

Querida deixar esse registro: aqui não existe máscara, mas um posicionamento na história. Temos, sim, uma história de presença na sociedade e de defesa a ela, assim como o Ministério Público, que hoje tem grande capilaridade na sociedade. Não se realiza audiência pública nesta Casa sem que o Ministério Público seja convidado pela própria Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para tratar de causas ambientais, causas relativas aos direitos humanos, aos direitos da criança, do adolescente, da juventude, dos idosos, das mulheres, causas de proteção ao patrimônio público, para evitar os desvios das políticas públicas que acontecem em muitos Municípios, etc. Então, ele tem, sim, uma presença social muito grande. Onde estão todos os excessos? Também não há excessos nesta Casa Legislativa? Vamos traduzir isso em uma reflexão mais aprofundada. É necessário, neste momento, o diálogo, com amadurecimento, porque a força do Legislativo não está nessa corporação que se construiu aqui, mas na voz da sociedade e na nossa presença junto a quem representamos, que é a população que estamos aqui para defender.

É para isso que estamos aqui, muito mais do que para defender o Executivo ou o Governador de Minas, que liberou a sua base, mas que fez o "marketing" de sempre para Minas Gerais e para o Brasil. Assim, ficou bem com a sociedade, enquanto a nossa Assembléia Legislativa não. Precisamos recuperar essa imagem pública, que foi arranhada pela mídia, por parcela do Ministério Público e pelo próprio Poder Executivo. Temos, sim, de reatar o diálogo e a relação com a sociedade e com o Ministério Público, para que haja equilíbrio entre os Poderes. É isso que quero registrar aqui: que o nosso voto "sim ao veto" foi seguindo a voz da sociedade e em sua defesa.

Se houve sensibilidade do Governador em relação a essa questão por outros motivos afeitos a ele, isso é um tema que a maioria da sua base irá discutir com ele, mas a coerência do PT foi na defesa da voz da sociedade, dos pequenos, dos mais pobres, dos movimentos sociais, da luta popular de Minas Gerais que representamos. Temos relação de igualdade de condições para discutir com o Ministério Público. Deixo o registro de nossa bancada. Tratamos esse tema com muita seriedade, sem rebaixar o debate com qualquer Deputado desta Casa Legislativa. Debateremos no melhor nível político. Neste momento, não cabe a nenhum Deputado fazer essa agressão ao PT, a nossa bancada, especialmente aqueles partidos que respeitamos, que estão na base do governo Lula e que também têm uma história de Minas Gerais, pois participamos juntos das eleições, e de Brasil, de muita luta e respeito da população. Deixo nosso "sim" ao veto por essas razões.

Tenho a certeza de que o diálogo interno aqui será melhor e com a sociedade também. O "sim" ao veto se deve a essas razões, a voz da sociedade. Nossa Assembléia, que sempre fez esse trabalho liderada pelos Deputados, deve permanecer para não deixar que ele seja arranhado. Vamos superar a crise com o Ministério Público, a crise com a indignação da população com os altos salários do Ministério Público e principalmente com o foro especial. Temos que ser republicanos, igualitários. O povo não tem foro especial em Minas Gerais e muito menos no Brasil.

Questões de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, agradeço a V. Exa. e apresento uma consideração. É necessário repensar o voto secreto. Sou favorável à extinção de qualquer votação pelo voto secreto como forma de dar transparência e possibilidade ao povo de Minas, que representamos, de acompanhar o posicionamento de seus representantes. Enquanto isso não ocorre, é fundamental que avancemos no sentido de coibir a declaração de voto secreto por ser uma incoerência em princípio. Se o voto é secreto, não pode ser declarado. Além disso, esse instituto e a aplicação branda do Regimento, possibilitando a declaração do voto secreto - sem fazer menção ao caso de hoje -, pode ser estimuladora da hipocrisia, da mentira, do teatro. Por falar em teatro, assistimos aqui, ao fechar das cortinas do último ato dessa peça bufa promovida pelo governo do Estado, à seguinte situação: o governo patrocina uma iniciativa e a veta para fazer jogo de cena. Em seguida, põe sua base para derrubar o veto. É fundamental que isso seja explicitado, reiterado, repetido, pelo menos na TV Assembléia, que transmite esta reunião ao vivo. Para usar um termo em moda, todos sabemos da blindagem exercida na grande imprensa em nosso Estado. Nada que possa ser incômodo ao governo pode ser publicado porque está proibido por essa verdadeira censura econômica que se exerce pelo uso abusivo da publicidade oficial. É fundamental reiterar que estamos assistindo a um teatro em que o governo veta e manda sua base derrubar o veto. A Assembléia, infelizmente, presta-se a esse papel. Esta mesma Assembléia que cada vez mais se descaracteriza como Poder, mostrando-se cada vez mais subalterna, sabuja. Já cheguei a dizer que, a continuação desse jeito, em algum momento, teremos de mudar o nome desta Casa para Assembléia Homologativa do Estado de Minas Gerais. Portanto, com essas considerações e muita tristeza por ver o papel desempenhado por todos os atores neste processo, registro que o meu nome não ficará sob suspeição, tendo sido o único presente que não votou. Nenhum daqueles que represento precisa ter dúvida sobre se votei escondidinho ou não pela derrubada desse veto. A minha posição está aí para ficar clara ao povo de Minas Gerais. Quero que fique claro também a posição e como agiu o governo do Estado: vetando e mandando derrubar o veto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zezé Perrella - Sr. Presidente, só desejo justificar que tive um problema de trânsito e não consegui chegar a tempo a esta Casa. Tenho a minha posição bem definida e quero deixá-la clara. Faço minhas as palavras do Deputado Antônio Júlio: não tive oportunidade de votar, mas, se tivesse, o meu voto seria pela derrubada integral do veto do Governador. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas mesmas razões do Deputado Zezé Perrella - residimos em região próxima -, tivemos dificuldade de trânsito. Durante o trajeto, falei, por mais de uma vez, aliás, com o Líder do PSDB, e manifestei minha preocupação, uma vez que houve inversão de pauta, e o projeto acabou sendo apreciado nos primeiros minutos desta reunião. Cheguei exatamente no momento em que essa votação estava sendo concluída. A minha posição sempre foi muito clara, e não apenas hoje, quando foi reiterada por toda a imprensa presente, mas desde o início da tramitação desse projeto. Quando o votamos, o fizemos de forma aberta, presente, porque a sua votação, no início da sua trajetória nesta Casa, ocorreu assim. Estava presente e votei de forma aberta todo o projeto. Quando vieram os vetos, a minha posição, desde o início, foi a de que, para aquilo que de fato representasse alguma inconstitucionalidade - e quanto a esse aspecto, a Assembléia tem sua assessoria e refletiria melhor -, deveríamos acompanhar o Governador. Também teríamos toda a liberdade de derrubar o veto em todos os demais aspectos que pudessem assegurar maior transparência ao Ministério Público e maior controle social. Diante disso, então, prestaríamos um bom serviço a Minas Gerais. É bom que também esclareçamos, em um momento como este, que não se trata, nessa situação, de se criar qualquer tipo de privilégio. Sempre fui e serei contra qualquer possibilidade de privilégios. O Ministério Público continua a ser respeitado por esta Casa e ter suas prerrogativas. Tenho certeza de que a sociedade mineira haverá de compreender que a Assembléia cumpriu seu papel constitucional. Quero também destacar o meu contraponto e discordância quanto à manifestação do Deputado Sávio Souza Cruz, que disse que esta Casa se submete à orientação do Governador para derrubar um veto que ele próprio após à legislação. Isso não tem o menor sentido. Primeiro deve-se destacar que esse projeto não é de autoria do Governador, mas do Ministério Público. Quem propôs o projeto à Casa não foi o Governador Aécio Neves, mas o Ministério Público. Este propôs um projeto a esta Casa, que entendeu por bem propor uma série de modificações. A discussão ocorre nesse campo, e não no político-partidário, em que se tenta colocar o Governador como responsável por todo esse conflito de opiniões. Esse conflito é próprio da democracia e não poderá estender-se, estabelecendo um nível de relacionamento ruim entre o Ministério Público e o Poder Legislativo. Isso não contribui para Minas Gerais nem para a democracia. Entendo que devemos serenar os ânimos e buscar, por meio do entendimento, que o Ministério Público continue tendo toda a sua prerrogativa constitucional de fiscalizar, de investigar, de denunciar e de propor ação civil pública. Isso não foi retirado do Ministério Público, pois qualquer Promotor continua podendo propor ação civil pública contra qualquer Deputado, contra outra autoridade ou cidadão que infrinja a lei. É hora de serenarmos os ânimos. Minha questão de ordem é apenas para reiterar minha posição. Entendo que a Assembléia dá uma contribuição a Minas Gerais buscando o aperfeiçoamento do Ministério Público. Cheguei na hora final daquela votação, mas, se estivesse presente, não teria vacilado em estar ao lado dos demais colegas do PSDB que votaram pela derrubada de parte do veto do Governador. Entendo que essa é uma decisão de cada Deputado e da Assembléia, e não uma decisão que venha comandada pelo Executivo, que não é autor desse projeto. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, quero manifestar-me em relação à fala do ilustre Deputado Sávio Souza Cruz, um parlamentar com uma carreira política vitoriosa e exitosa como Vereador, Deputado desta Casa e Secretário de Estado. Tenho grande admiração e respeito pelo

Deputado Sávio Souza Cruz, pelo seu talento e pelo brilhante homem público que é. Minha visão é que o Deputado Sávio Souza Cruz ataca esta Casa e os parlamentares no final de sua fala. Temos que destacar que pouca gente em Minas Gerais ainda não se deu conta de duas coisas. Em primeiro lugar, do alto nível dos parlamentares da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. São professores universitários, médicos, advogados e empresários, pessoas que têm um currículo e uma trajetória de vida que fazem com que a população eleja-os e traga-os para esta Casa. Ninguém chega aqui sem o mérito de ter debatido com a sua comunidade, com sua região, com a população e com o povo de Minas Gerais, que é quem tem o poder na verdade. É chegado o momento, pelo qual passa a Assembléia Legislativa, em que alguns segmentos do nosso Estado e algumas pessoas envolvidas na cobertura das ações da Assembléia Legislativa exigem respeito. Temos que iniciar isso por nós mesmos. Desafio as pessoas que falam mal desta Casa a apresentar um currículo do nível daqueles que temos aqui. E, em segundo lugar, o parlamentar tem legitimidade no exercício de sua atividade. Não há um vestibular mais difícil, rigoroso e cobrado do que a eleição de um parlamentar. Ninguém chega aqui de graça, a não ser legitimado pelas urnas e pela vontade do povo. Portanto, pelo altíssimo nível dos homens e das mulheres de bem deste Parlamento, é chegado o momento daqueles que não respeitam esta Casa também não terem respeito de nossa parte. E digo mais: aqueles que não respeitam esta Casa terão que compreender que aqui se trata de um poder do povo constituído por pessoas de bem. Nos momentos cruciais, o Parlamento de Minas Gerais levantou-se, ao longo da história deste país e deste Estado, em defesa do seu povo. É preciso investigar a trajetória de vida de cada um dos parlamentares, seu currículo, sua formação e sua folha de serviços prestados ao povo de Minas Gerais antes de pessoas de baixo nível virem aqui e rebaixarem o Parlamento mineiro. Temos legitimidade. A cada quatro anos, temos que voltar às ruas, às favelas, aos bairros e ao contato com as pessoas, se quisermos voltar para cá. Isso não é exigido de nenhuma outra atividade. Se estão desrespeitando o Parlamento, estão desrespeitando o povo de Minas Gerais em última análise. Acho que é chegado o momento de esta Casa levantar sua voz e dizer que este aqui é o Poder que emana do povo, legitimado pelas urnas, pelas vozes das ruas, pela voz da população carente ou não; enfim, por todo o povo de Minas Gerais. É chegado o momento de a Assembléia Legislativa exigir respeito, e aqueles que não a respeitam têm de sentir a força do poder do povo. Finalmente, não é preciso dizer que não faz o menor sentido o Deputado Sávio Souza Cruz afirmar que o Governador Aécio Neves é o autor do projeto e que ele colocou sua base para derrubar seu próprio veto. O Governador Aécio Neves tomou uma decisão constitucional de vetar o projeto. É direito seu. Isso faz parte do jogo democrático. Ele tem suas convicções e tomou uma decisão lastreado em parecer de sua alta assessoria técnica. Derrubar o veto do Governador foi uma decisão soberana da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Colocar o Governador como co-responsável por essa decisão é, no mínimo, querer desvirtuar o papel do Parlamento e a função da democracia. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Art. 164, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Sr. Deputado, a Presidência concederia a palavra pelo art. 164 se V. Exa. ou o seu partido tivesse sido citado de forma ofensiva. Mas o que se deu foi uma explicação. Não vimos ofensa no pronunciamento do Deputado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Fui citado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não basta ter sido citado. Teria de tê-lo sido de forma ofensiva. Mas concederemos a palavra para questão de ordem.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, considero ofensiva a incompreensão quanto ao meu ponto de vista. Ser ou não ofensiva uma citação depende de quem está sendo atingido, e eu me sinto atingido pela incompreensão do meu posicionamento. Portanto, gostaria que V. Exa. me concedesse a palavra pelo art. 164.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, quero deixar clara a minha posição em relação à questão sobre a qual fui questionado. Não acho que o Governador seja co-responsável por esse projeto. Acho que o Governador é o único responsável. E repito, para ficar mais clara minha posição: o Governador é o único responsável por essa atitude dos Deputados. Respaldo essa convicção, Sr. Presidente, não por declaração do Governador a esse respeito, mas porque estou convencido de que perpetraram aqui um teatro. Se quisermos nos aprofundar nessa investigação, se a sociedade mineira quiser se aprofundar nessa investigação, eu a convido a pegar o auto do processo de tramitação. Descobriremos juntos coisas muito curiosas. De fato, o projeto inicial era do Ministério Público, mas tudo o que o tornou polêmico veio depois, veio por meio de emendas. E é curioso, Sr. Presidente; é curioso, sociedade de Minas; é curioso, povo mineiro, que todas as emendas tenham sido apresentadas em papel sem timbre, sem o nome do Deputado e que tenham sido protocoladas, nesta Casa, no mesmo momento. Além disso, todos testemunhamos a relatoria coletando a assinatura dos Deputados, tendo sido trazidas as emendas sabe-se lá de onde. Acreditar que uma Casa, que concede mais de uma centena de leis delegadas, que nunca rejeitou nenhuma proposição do Executivo - Executivo este que a mantém com o pé sobre a garganta -, tenha feito isso à revelia do governo seria mais ingênuo, mais pueril do que acreditar em Papai Noel. Sr. Presidente, esta Casa fez o que o Governador mandou. Esta Casa fez com o Ministério Público o que, com a mão do gato - e o gato, nesse caso, é Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais -, o Governador quis fazer. Por isso, Sr. Presidente, reitero minha posição: o Governador patrocinou um teatro ao povo brasileiro e, muito especialmente, ao povo mineiro, ao vetar um projeto e colocar sua mais leal base, todos - do Líder do Governo ao Líder da Maioria, ao Líder do PSDB, ao Líder dos Partidos Aliados - trabalhando unidos pela derrubada do veto. Se isso não é patrocinar um teatro, não sei que outra coisa poderia ser. Cabe a mim denunciar, mas cabe ao povo de Minas avaliar o comportamento do Exmo. Sr. Governador do Estado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 72ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 14/8/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 104, que altera o art. 2º - A da Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia - Geral do Estado - AGE - e o art. 69 da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 139/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vigilância nas agências bancárias situadas no Estado durante o período em que ofereçam o serviço de auto-atendimento por meio de caixa eletrônico e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.221/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Vicente de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraiúba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 14/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 18/2007, do Deputado Eros Biondini; 30/2007, do Governador do Estado; 104/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 411/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 642/2007, do Deputado Padre João; 729/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 864/2007, do Deputado Ruy Muniz; 907/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 1.089/2007, do Deputado Sebastião Costa; 1.217/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.271/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.306/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.312/2007, do Deputado Almir Paraca; 1.346/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.378/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 1.396/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 137/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.226/2007, do Deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 884, 885 e 930/2007, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 14/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 948/2007, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 16/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realização de audiência pública, com convidados, para se obterem esclarecimentos sobre violência sofrida por jovens skatistas, supostamente praticada por policiais militares no dia 24/4/2007, na região central de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com convidados, os freqüentes atrasos de ônibus no Município de Sarzedo, cancelamento de linhas e falta de linhas diretas para Belo Horizonte, além da ausência de paradas intermediárias, e de discutir e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2007, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar o Requerimento nº 917/2007, do Deputado Deiró Marra, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2007, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei nºs 669/2007, do Deputado Gilberto Abramo, 1.332/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, e 1.354/2007, do Deputado Mauri Torres, e para o 1º turno sobre as Emendas nºs 2 a 4, apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 1.182/2007, do Governador do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 587/2007, do Deputado Weliton Prado, 136/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 423, 429 e 496/2007, do Deputado Leonardo Moreira, 610/2007, do Deputado Weliton Prado, 653/2007, do Deputado Célio Moreira, 683/2007, do Deputado Weliton Prado, 700/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, 719/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, 970/2007, do Deputado Eros Biondini, 983/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, 1.092/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de se votar, em turno único, o Requerimento nº 924/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 918, 919, 920, 921/2007, do Deputado Jayro Lessa, 933/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião a ser realizada em 14/8/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater a transferência de parte do tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Minas Gerais, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 1.035/2007, do Deputado Neider Moreira, de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 350/2007, do Deputado Doutor Viana, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 7/2007, do Deputado Paulo Guedes, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, do Projeto de Lei nº 366/2007, do Deputado Arlen Santiago, do Projeto de Lei nº 430/2007, do Deputado Leonardo Moreira, do Projeto de Lei nº 471/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 656/2007, do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 1.223/2007, da Deputada Elisa Costa, o Projeto de Lei nº 1.251/2007, do Deputado Carlos Mosconi, o Projeto de Lei nº 1.298/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 858 e 859/2007, do Deputado Deiró Marra e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.226/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao viaduto da Rodovia MG-10, no entroncamento para Confins e Lagoa Santa.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.226/2007 pretende dar a denominação de Viaduto Engenheiro Randolpho Diniz Filho ao viaduto localizado na Rodovia MG-10, no entroncamento para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no Município de Confins.

O engenheiro Randolpho Diniz Filho iniciou sua vida profissional na extinta Rede Mineira de Viação, onde permaneceu de 1948 a 1953. Em seguida, ingressou no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG, como mestre de obras, em Curvelo. Sua competência e dedicação o credenciaram para ocupar os cargos de Assessor do Serviço de Pavimentação da Diretoria de Obras daquela autarquia e, posteriormente, Chefe do Serviço de Pavimentação, quando coordenou todas as frentes de serviço no âmbito de todo o Estado.

Em 1963, foi nomeado Diretor da Construtora Camargo Correa em Brasília e coordenou todas as obras da empresa na Capital federal. De 1964 a 1972, atuou como engenheiro regional na Residência de Brasília de Minas e Montes Claros, ocasião em que representou o governo de Minas Gerais na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Quando retornou à Capital mineira, foi Assessor da Diretoria de Obras, responsável pela pavimentação das rodovias estaduais no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e iniciou a implantação de unidades aeroportuárias no Estado, com a execução do projeto do Aeródromo Militar de Lagoa Santa. Em conjunto com a Comissão do Núcleo de Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa, elaborou o estudo preliminar de um novo aeroporto metropolitano de Belo Horizonte, para atender à demanda de carga e passageiros projetada para os próximos 50 anos, considerando os aspectos ocupacionais, ambientais e geológicos da região.

Em 1975, especializou-se em projetos e construção de aeródromos e aeroportos e foi credenciado pela Diretoria-Geral do DER-MG para representar a autarquia em todos os assuntos aeroportuários. Assim, foi coordenador da comissão para estudos de alternativas para implantação do novo aeroporto de Belo Horizonte, os quais resultaram na indicação da área próxima à localidade de Confins. Até 1979, coordenou o melhoramento dos aeroportos já existentes em Minas Gerais.

Em decorrência de seu trabalho na área, o engenheiro Randolpho Diniz Filho foi credenciado como representante do governo de Minas Gerais junto ao Ministério da Aeronáutica, para integrar a Comissão Coordenadora do Projeto do Aeroporto de Belo Horizonte – Copaer. Após o término das obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no Município de Confins, foi designado Diretor de Transportes Aeroviários da Secretaria de Estado de Transportes de Minas Gerais.

Em 1987, já aposentado, desenvolveu os projetos dos aeroportos das cidades de Alfenas, Caxambu, Muriaé, entre outros, e elaborou estudo em que apontava a necessidade premente da duplicação do acesso ao aeroporto de Confins, atual Linha Verde.

Diante do exposto, consideramos justificável e oportuna a pretensão do projeto de lei em análise de denominar Engenheiro Randolpho Diniz Filho o viaduto situado na Rodovia MG-10, pois preserva a memória de um mineiro que, com zelo e competência, muito contribuiu para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.226/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Gustavo Valadares, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 7/8/2007

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, ocupamos esta tribuna, usando do tempo que nos é permitido, para manifestar nossa solidariedade ao movimento que se encontra muito bem representado pelos motoristas do transporte fretado em Minas Gerais.

O movimento é mais do que justo, e tenho certeza de que esta Casa e os demais Deputados se juntarão a nós que estamos a favor desse movimento contra o Decreto nº 44.035. Tal posição se justifica por entendermos que, ao entrar em vigor esse decreto, não serão tirados só os 20 mil empregos de muitos trabalhadores de Minas Gerais - como o informado na faixa -, mas, sim, a oportunidade de milhares de pessoas que se utilizam desse transporte nos diversos segmentos da sociedade. Podemos utilizar este espaço para defender, além do transporte fretado de ônibus, também o transporte fretado que diz respeito aos taxistas do interior.

É hora de discutir a questão do monopólio do transporte no Estado de Minas Gerais. Isso tem de ser quebrado. Nós, da Bancada do PT e do PCdoB, estamos hipotecando a nossa total solidariedade ao movimento. Vamos trabalhar unificados para procurar sensibilizar esta Casa e o nosso Governador para encontrarmos uma saída honrosa para essa situação, pois, tenho certeza, muita gente foi pega de surpresa.

Esse decreto não teve a divulgação necessária e precisamos tomar medidas urgentes para não tirar o emprego de mais de 20 mil pessoas no Estado, sem contar que milhares de pessoas utilizam esse transporte. Se isso acontecer, Deputado Almir Paraca, como ficará, por exemplo, o transporte escolar da rede municipal das cidades do interior, principalmente do Norte de Minas, os ônibus que fazem transporte escolar e que transportam os alunos até mesmo da rede estadual? Se esse decreto for mantido, se for seguido à regra, vamos parar a educação no Estado de Minas Gerais, pois grande parte das Prefeituras do interior terceirizam esse serviço e utilizam ônibus com muito mais de 15 anos de uso. Isso acontece em quase todas as cidades.

Há uma série de questões para analisarmos. É importante que a Secretaria de Transportes, o Governador Aécio Neves, esta Casa Legislativa, a Polícia Militar e todos os órgãos de transporte em Minas Gerais se unam para que encontremos uma saída: prolongar esse prazo, enfim, temos de encontrar uma solução urgente, caso contrário teremos um grande problema a administrar em todas as cidades. São milhares de pais de famílias que vivem dessa profissão e que ficarão sem condições de dar sustento a seus filhos, sem falar na questão do transporte escolar, que é mais grave. Portanto, esta Casa precisa aderir a essa luta para que possamos arrumar solução definitiva para esse problema.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado, gostaria apenas de fazer um adendo ao seu pronunciamento. Entrei na vida pública em 1982, disputando o meu primeiro mandato de Vereador em Belo Horizonte, e desde então nenhum dos Governadores instalados no Palácio da Liberdade promoveu concorrência pública para transporte intermunicipal ou metropolitano. Foi feita a concorrência para o transporte urbano em Belo Horizonte de uma forma em que se privilegiaram os mesmos empresários. Hoje o transporte intermunicipal e metropolitano em Minas Gerais é tão clandestino como qualquer outro. Não há concorrência nem sustentação legal nenhuma.

Não há absolutamente nenhuma sustentação. Foi criado um sistema de vistoria de veículos de qualquer cidadão - desses que estão aqui - que comprou ônibus dessas empresas que espoliam o povo em Minas Gerais, para que esses veículos pudessem ser vistoriados. Mas hoje temos, principalmente por parte do DER, um sistema de fiscalização que não pára nenhum dos ônibus de empresa que dizem ser credenciados e não são.

Esses moços e moças que aqui estão e poderiam estar na clandestinidade como essas empresas, que dizem ser legalizadas e não são, estão buscando um meio de vida. Eles são extorquidos nas barreiras; são extorquidos por toda autoridade que fala em fiscalizar. O DER criou uma fiscalização, mas só pára perueiro e ônibus fretado de pobre, não pára ônibus de rico.

O que se está fazendo em Minas Gerais hoje - com a conivência do governo do Estado - é cercear o direito do cidadão de poder ter um veículo em bom estado viajando, em melhor estado que os de grandes empresas que hoje rodam por Minas Gerais, com carga, e não são fiscalizados. E, na hora que tombam, matam milhares de pessoas.

Nesta Casa, poucos serão os que irão defendê-los, mas estarei entre eles, pois muitos são coniventes com esse estado de coisas em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Meu caro Deputado Paulo Guedes. Quero cumprimentar também todos da Assembléia Legislativa. Queremos aqui prestar nosso apoio e solidariedade a esses motoristas. Como Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, estamos propondo - e já o protocolizamos - um requerimento nesta Casa para discutir o Decreto nº 44.035 e defender os trabalhadores, pois são sérios e estão tratando de suas famílias e de suas casas.

Temos neste Plenário Deputados que estão na defesa da democracia, dos trabalhadores, e podem abraçar essa causa. Como Presidente da Comissão, presto nossa solidariedade para que os trabalhadores possam discutir esse decreto. Vamos buscar um caminho para que haja a liberação a fim de que essas pessoas possam tratar de suas famílias. Muito obrigada, Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputada. Reforçando o que a Deputada e o Deputado Irani Barbosa disseram, resalto que, em minha região, sou testemunha de que a Polícia Rodoviária funciona também dessa forma: as barreiras colocadas nas BRs, na saída da cidade de Montes Claros com destino a Janaúba, Janaúria e Pirapora, têm esse objetivo único e exclusivo, ou seja, a polícia não está a serviço do cidadão. Sabemos que essas empresas de transporte pagam "caixinha" para os policiais militares apertarem o cerco ao transporte alternativo.

Precisamos criar os mecanismos necessários. É importante que o Governador tome conhecimento disso, assim como esta Casa, pois o Estado de Minas Gerais tem que cumprir a Constituição Federal no seu artigo principal, que dá às pessoas o direito de ir e vir. Essa situação está proibindo as pessoas de ir e vir, ou seja, só quem pode ir e vir são aqueles que estão nessas empresas pertencentes a pequenos grupos. Dois ou três empresários controlam todo o transporte coletivo no Estado. Nunca houve concorrência, como bem expôs o Deputado Irani Barbosa, e isso tem que mudar. Precisamos democratizar os meios de transporte em Minas, e gostaria que todos soubessem que contarão com nosso apoio e com o da Bancada do PT, do PCdoB.

Enfim, espero que toda esta Casa, que todos os partidos se unam nesse objetivo: de, juntos, buscarmos uma solução para esse grave problema que está ocorrendo agora, com a entrada em vigor do Decreto nº 44.035.

Encerro minhas palavras enfatizando nossa solidariedade. Vamos estar atentos a todo momento. Sou da Comissão de Transporte e coloco-me à disposição para, dentro dessa Comissão, abrirmos a discussão para conseguirmos uma solução definitiva para esse segmento tão importante para Minas Gerais, para as suas famílias e, acima de tudo, para todos os mineiros, principalmente para aqueles com condições de vida diferenciadas, que não têm condições de viajar de avião ou de ônibus-leito e que utilizam o serviço de vocês. Trata-se de um serviço que ajuda a melhorar para eles e, com certeza, a trazer novas divisas para o nosso Estado. Estamos com vocês e continuaremos a trabalhar nessa luta em defesa do movimento. Contem com a nossa bancada, com o nosso apoio. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Volto a esta tribuna para fazer algumas considerações sobre a BR-354, que liga Patos de Minas à BR-262.

Construída há 35 anos, a BR-354, entre Patos de Minas e a BR-262, nunca passou por obras de recuperação total. Quem costuma passar por essa importante rodovia sabe muito bem que ali são feitas, esporadicamente, apenas operações do tipo tapa-buracos. Tais providências se mostram insuficientes para atender à grande demanda da região, que precisa fazer escoar a produção e circular bens vitais para a economia do País.

Há muito tempo, há cerca de sete anos, que nós, parlamentares da região, estamos solicitando a realização de obras na BR-354, no que fomos apoiados pelo Governador Aécio Neves, no seu novo mandato e no anterior, também preocupado com a situação das rodovias federais que cortam Minas Gerais. No entanto, o governo federal não se mostra sensível à urgência e à extrema necessidade de investimentos na infraestrutura sob sua responsabilidade.

As estradas estão-se acabando, o caos aéreo está instalado, como todos sabemos, e brevemente os portos também serão afetados, pois há muito não são modernizados. Não se pode compreender que os recursos para os aeroportos sejam destinados aos terminais de passageiros e estacionamentos, quando as pistas não recebem os cuidados necessários.

Não se pode acreditar que sucessivas operações tapa-buracos sejam adequadas à manutenção das nossas estradas, muitas das quais precisam ser refeitas com obras de drenagem e recomposição de piso, para então receber o recapeamento.

Esse é o caso da BR-354. O estado da rodovia é tão ruim que os Ministérios Públicos Federal e Estadual propuseram uma ação civil pública, apoiada por comerciantes e lideranças de Patos de Minas e da região, e obtiveram, ontem, ordem judicial para sua interdição. Conforme exposto na ação, as condições de circulação na rodovia são precárias, são intransponíveis, e o excesso de buracos põe em risco a vida dos usuários.

Vejam que paradoxo: a feliz decisão do Juiz Federal determina que a reabertura só será feita depois que o DNIT realizar obras de revitalização nessa BR, de modo a melhorar o tráfego. O DNIT informa que está em curso uma licitação para obra de operação tapa-buracos - mais uma - orçada em R\$18.000.000,00. O trecho interditado, de 140km, não vai ser recuperado com tapa-buracos, pois precisa de muito mais que isso.

Esse expediente já foi adotado mais de três vezes sem nenhuma solução. Ora, então, por que investir R\$18.000.000,00, agora, num serviço provisório, se a obra definitiva será feita em seguida? Não seria melhor licitar de uma vez as obras de recuperação que, ao que parece, já estão planejadas? Há sempre o problema de verba e de mau investimento.

O receio dos usuários, especialmente dos segmentos de transporte de cargas, é que, feitos os tais remendos, tudo continue como está. O período chuvoso que se aproxima se encarregará de mostrar que a operação tapa-buracos é um tapa-sol-com- peneiras.

Enquanto isso, os usuários padecem com os transtornos resultantes da interdição, pois os desvios aumentam o percurso de 70 até 100 quilômetros. A população da região Noroeste e do Alto Paranaíba está seriamente prejudicada, assim como sua economia.

Entre Patos de Minas e Campos Altos foi autorizado o trânsito local, uma vez que há cidades às margens do trecho interditado, mas é preciso muito cuidado e atenção para desviar os veículos das crateras existentes.

Matéria publicada no jornal "O Tempo" de hoje mostra a situação atual da BR-354 e acrescenta que o DNIT vai recorrer da decisão judicial que determina a interdição.

Creio, porém, que o melhor recurso neste momento será o recurso financeiro para uma obra competente e não um mero tapa-buracos.

Recorrer da decisão judicial não vai trazer segurança aos usuários e muito menos o desenvolvimento da região. É lamentável. É mais um 'apagão'.

Queria aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, dizer que essa dificuldade, essa precariedade das estradas é uma tônica constante na política de transportes, não só na nossa região, mas em todo o Brasil. Nós, representantes da região, e os Deputados das outras regiões de Minas, sabemos que o Governador Aécio Neves tomou as medidas cabíveis, necessárias e em tempo para a recuperação das rodovias do nosso Estado, mas queremos apelar mais uma vez ao nosso Governador, ao Secretário de Transportes, para que tenham um olhar forte para essa rodovia, a BR-354. Queremos que o Governador nos ajude a cobrar do governo federal, de maneira incisiva, objetiva e consistente, a materialização desse projeto. A procrastinação dessa decisão vem ocorrendo há sete anos. Essa divisão das rodovias entre federal e estadual complica o sistema, embora sejamos uma Federação.

Existem também os problemas políticos e partidários nas decisões, que fazem com que se esqueça de que o Estado é protetor do cidadão, de que o Estado maior, a União, tem obrigações nos Estados. Há um conflito aí que não entendemos, pois a União sempre diz que não tem recursos para as estradas. Sabemos da luta do Governador Aécio Neves, para que a Cide seja destinada de forma mais substancial para o cuidado das estradas federais. Há, aliás, uma proposta de se encamparem as estradas federais. No governo Itamar Franco, foi feita outra combinação, quando houve aquela moratória desastrosa, informal, que foi muito ruim para Minas Gerais, e o Governador Aécio Neves pegou toda essa responsabilidade.

Então, queria aqui apelar ao nosso Governador, para que de forma definitiva, com todos os pedidos dos Deputados Federais, Estaduais e Vereadores da região do Alto Paranaíba e do Noroeste, solicitasse providências urgentes, porque não podemos esperar mais.

O Alto Paranaíba está prejudicado em sua economia. Ontem mesmo tentei transitar pela rodovia, e não há como. Fomos impedidos. Para chegar ao aeroporto, temos de passar por uma estrada de terra, e isso demora três vezes mais. Não entendemos. De repente, o Presidente Lula quer ficar com uma desvinculação de receita cada vez mais crescente, para tomar providências que não estejam estabelecidas por lei, para ficar mais livre para empregar o dinheiro no que achar melhor. Por isso é que, quanto mais o tempo passa, mais difícil fica acreditarmos num presidencialismo eficaz. Parece que estamos mesmo buscando uma outra solução, quem sabe o parlamentarismo. Sabemos que esse presidencialismo não dá certo, e não deu certo. As providências são sempre retardadas, chegam sempre depois de muito tempo, depois que as dificuldades já aconteceram, como no Aeroporto de Congonhas. Estamos no século XXI, quando conhecemos muito bem a geometria, a física, a matemática, e todo o mundo sabe que a pista não permitia margem de erro. Depois, joga-se a culpa no piloto e na técnica de construção do aeroporto.

O Deputado Deiró Marra (em aparte) - Tenho ouvido, com bastante atenção, o pronunciamento do nobre colega e companheiro, e quero reportar-me à questão da nossa região do Alto Paranaíba. O Deputado tem sido um bravo guerreiro. Sabemos dos desmandos do governo federal. Depois de inúmeros acidentes, é preciso que a justiça faça a interdição da nossa BR-354, a Rodovia do Milho, para que tenhamos respaldo para que o DNIT, sob uma fundamentação das mais esdrúxulas, dizer que não conseguiu, em tempo hábil, colocar em licitação a abertura dos envelopes, colocando, mais uma vez, em risco a população das cidades, os usuários dessa BR, que é uma rodovia que movimenta muito a nossa região. Está aqui o nosso companheiro Chico Uejo, que tem sua cidade de São Gotardo nas proximidades. E que Patrocínio também se beneficia, e muito, dessa rodovia.

Parabenizo-o, companheiro Hely Tarquínio, pois V. Exa. coloca sobremaneira a condição de que o governo federal precisa ter atenção, e é justa a medida, apesar de contestado até pelo povo, de as rodovias da região estarem em reforma. Isso é uma mentira, porque aquela rodovia, por mais de cinco anos, tem promessa de reforma que nunca aconteceu.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado, Deputado Deiró Marra, nosso companheiro de Patrocínio, que conhece bem aquela realidade. Como médico, tenho conhecimento de quantos desastres têm acontecido nessa estrada, que é praticamente impermeável, intransitável. Não só isso, na economia da nossa região é dificultada a existência das pessoas que lá moram. E todos pagam impostos rigorosamente, porque, senão, pagarão multa.

Queríamos aqui apelar e deixaremos um requerimento pronto solicitando ao Secretário de Transporte e ao Governador que nos apoiem. Sabemos que estão atentos, mas repetiremos essa solicitação, como temos feito e como a maioria dos Deputados daquela região têm solicitado. Concedo aparte ao Deputado Chico Uejo, meu companheiro de São Gotardo.

O Deputado Chico Uejo (em aparte) - Deputado Hely Tarquínio, infelizmente nos reunimos nesta Casa, mais uma vez, e com nossos companheiros, na região do Alto Paranaíba, para reivindicar e reclamar uma rodovia. Há muito tempo - mais de dois anos -, todos nós, com as lideranças da região, reunimo-nos com o DNIT, com o Ministério dos Transportes, tentando sensibilizar o governo federal da importância da BR-354. Mais uma vez, é com infelicidade que usamos os microfones da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para reclamar das péssimas condições em que se encontra a rodovia. Desta vez, pronunciamos-nos no momento em que ela permanece fechada para o tráfego em razão das suas condições precárias.

Ontem, no Alto Paranaíba, mais precisamente em Patos de Minas, tivemos uma reunião com o DNIT. Foi infeliz a resposta que encontramos de que o DNIT tomará as providências para garantir o mínimo de trafegabilidade. Ora, o mínimo de trafegabilidade para uma região que produz como o Alto Paranaíba é, no mínimo, uma resposta insatisfatória, Deputado Hely Tarquínio. O que buscamos e Minas Gerais precisa para a região do Alto Paranaíba é uma rodovia em ótimas condições de trafegabilidade.

Mais uma vez, manifestamos aqui nosso repúdio à situação em que se encontram as rodovias do Alto Paranaíba, mais precisamente as BRs que cortam essa região. Além disso, pedimos que, com a interdição feita pela Justiça Federal, desta vez o DNIT se sensibilize para que, de uma vez por todas, o Alto Paranaíba seja tomado e requisitado, e a BR-354, recapeada, para que toda a produção daquela região tenha o destino que merece e de que o nosso povo do Alto Paranaíba precisa.

Deputado Hely Tarquínio, muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Deputado Chico Uejo, muito obrigado pela intervenção.

Mais uma vez, gostaríamos de solicitar ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes que tomem providências urgentes para que haja uma solução; e ao nosso Presidente da República, por meio do DNIT, que seja sensível e de forma nenhuma adie mais essa concorrência para caracterizar a empresa que ganhá-la e para iniciar as obras imediatamente. Estamos cansados de futuro, de procrastinação. O DNIT tomará as providências cabíveis... Mas isso não resolve. O problema é que as chuvas já estão para cair em dois meses. Nesse tempo, não dá nem para decidir quem ganhará a concorrência e se iniciarem as obras.

Como representante do povo e, além disso, conhecendo e me identificando com as dificuldades de sobrevivência dos motoristas e daqueles que perderão o seu emprego, queria dizer que, para sua maior tranquilidade, estou solidário com os senhores.

Calma. Esse decreto será tratado devidamente pela Comissão de Transporte desta Casa, que está identificada com as necessidades e as demandas do povo.

Então, somo-me à Comissão de Transporte, que já tem uma audiência marcada com o representante do Governador para tentar conciliar e resgatar ou anular esse decreto, a fim de que os senhores possam ter o seu emprego e transitem livremente com seus veículos. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Cesar - Caro Presidente, Deputadas, Deputados, representantes do sindicato de transporte fretado do Estado de Minas Gerais, empresários, proprietários de ônibus de transportes intermunicipais, senhoras e senhores; uso esta tribuna, nesta tarde, para falar justamente sobre os Decretos nº 44.035 e 44.081.

Para os que não se lembram, o Decreto nº 44.035, do Governador, de 1º/6/2005, disciplina a autorização para a prestação de serviço fretado de transporte intermunicipal de pessoas; e o Decreto nº 44.081, de 2/8/2005, dá o prazo de dois anos para que a regularização de veículos acima de 15 anos de uso. Esse decreto entrou em vigor no último dia 2/8/2007.

Recebemos, hoje, uma comissão do sindicato e também alguns amigos nossos, pequenos empresários do setor, os quais estão preocupados com a situação. E estamos também muito preocupados.

Comunicamos ao Presidente da Comissão de Transporte da Assembléia, Deputado Gustavo Valadares, e levantamos alguns dados que quero repassar para os caros colegas Deputados e para o Presidente. Tenho a certeza de que o Governador, sensível que é, prorrogará a entrada em vigor desse decreto, a fim de que possa ser feito um estudo e não haja a paralisação desse transporte. A entrada em vigor desse decreto está prejudicando não só os empresários mas toda a população de Minas Gerais. Passemos à leitura.

"1 - Comprometimento do transporte intermunicipal de empregados que trabalham em indústria fora do Município." Só para citar um exemplo, em Nova Serrana recebemos mais de 80 ônibus de toda a região, os quais transportam trabalhadores. Hoje mais de 4 mil funcionários deixaram de trabalhar, e as nossas indústrias foram prejudicadas. Não sabemos o que vamos fazer, porque não temos como alugar ônibus nas condições em que o decreto exige para transportar os trabalhadores, ficando, assim, a indústria prejudicada.

"2 - Comprometimento do transporte intermunicipal de alunos de faculdade e de escolas técnicas." Esses alunos ficarão sem estudar. Todas as Prefeituras e essas pequenas empresas trabalham levando os alunos para as faculdades.

"3 - Comprometimento do transporte escolar urbano." A maioria da frota municipal de ônibus tem 15 anos, ou mais, de uso.

"4 - Comprometimento do transporte escolar rural efetuado pelas Prefeituras Municipais em ônibus terceirizados." Não terão condições de fazer o transporte de seus alunos.

"5 - Comprometimento do transporte de turismo, geralmente realizado nos finais de semana." São serviços realizados por esses pequenos empresários, que muitas vezes venderam casas, imóveis, para comprar um ou dois ônibus e, agora, não têm como trabalhar.

"6 - O mesmo veículo, objeto da referida legislação, não poderá transitar dentro do Estado de Minas Gerais..." Vejam, caros colegas Deputados, um ônibus não pode fazer um transporte de Belo Horizonte a Juatuba, a Betim ou a Contagem, mas pode fazer um fretamento de Belo Horizonte a Manaus, a São Paulo, à Bahia.

É isso que não entendemos. Por que pode ir para fora do Estado, para fora do Brasil, mas não pode andar dentro de Minas Gerais? (- Lê:)

"7 - Comprometimento e inviabilização da quitação dos financiamentos dos veículos adquiridos..." Conversamos com vários pequenos empresários. Grande parte deles fez financiamento em 36 ou 48 meses e não tem condições de quitar seus compromissos. Terão de entregar os ônibus para as financeiras, para os bancos, pelo fato de não terem como pagar. (- Lê:)

"8 - Hoje existem, aproximadamente, 15 mil veículos prestando serviços de transporte intermunicipal de pessoas, sendo que, por força dessa nova legislação, 48% deverão sair de circulação, ou seja, até 2/8/2007, cerca de 1.600 veículos e, até o final do ano, mais 5.600 ônibus."

Essa mesma regra não é usada para os proprietários de caminhões. Temos alguns com 20, 30 anos, e nem vistorias sofrem pelo DER. Pagam seus impostos e podem transitar.

Preocupado com isso, entramos em contato com o Deputado Gustavo Valadares, Presidente da Comissão de Transporte, o qual falará aqui sobre o tema. Já foram agendadas duas audiências para hoje, à tarde. Iremos falar com os representantes do governo e esperamos que o Governador seja sensível e não aguarde nem mesmo uma semana para revogar o decreto, o que precisa ser feito hoje, ou, no máximo, até amanhã.

Os ônibus precisam voltar a transitar e levar trabalhadores para Nova Serrana e para empresas que se utilizam desse tipo de transporte.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Paulo Cesar, gostaria de agradecer-lhe o aparte dizendo que a primeira reunião foi agendada agora. Já estamos até atrasados, pois essa primeira reunião seria às 15 horas, no gabinete do Secretário de Governo, ex-Deputado Danilo de Castro, com uma comissão de representantes das pessoas que vieram hoje à Assembléia Legislativa fazer reivindicações justas.

Quero, ainda, fazer justiça a vários Deputados que já me procuraram na manhã de hoje para que trabalhássemos em prol da derrubada desse decreto. O Deputado José Henrique, que preside essa reunião, já me ligou, e V. Exa. foi o primeiro a ligar-me, antes das 9 horas. O Deputado Juninho Araújo, que já havia feito pedido de audiência pública na Comissão, juntamente com o Deputado Ivair Nogueira, também me ligaram, assim como os Deputados Paulo Guedes, Célio Moreira, Vanderlei Miranda, entre outros. A grande maioria desses Deputados estará conosco nessas duas audiências. Os Deputados procuraram-me hoje por estarem preocupados com essa situação.

Gostaria de dizer às pessoas que hoje se encontram nas galerias desta Assembléia que a maioria dos Deputados está sensível à causa. Com certeza, conseguiremos sensibilizar o governo e, em consequência, derrubaremos o decreto.

Para que tenham uma idéia, um dos líderes desse movimento aqui, na Assembléia, Deputado Paulo Cesar, que agora fala no Plenário, já mostrou sua garra e determinação quando, num único golpe, conseguiu quebrar um copo na tribuna desta Casa. Com essa mesma determinação e garra, nós nos reuniremos com o governo para derrubar o decreto.

Deputado Paulo Cesar, como já estamos atrasados, ficarei aguardando V. Exa. para nos encaminharmos ao Palácio dos Despachos.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Queria somente unir minha voz à de vários colegas desta Casa. Como Presidente da Comissão de Turismo, que também engloba a indústria, o comércio e o cooperativismo, informo que, na semana passada, tive oportunidade de receber um grupo de representantes do segmento, o qual já trouxe essa preocupação ao meu gabinete.

Nós nos reunimos por um bom tempo, quando propusemos que a audiência da Comissão de Transporte, solicitada pelo Deputado Juninho Araújo, fosse feita em conjunto com a Comissão de Turismo e, conseqüentemente, com a do Cooperativismo, porque o conjunto dos Deputados dessa Comissão, que presido, tem preocupação com o momento que vive a classe, que é formada por pais de famílias, pessoas que trabalham em seus próprios veículos. O empreendimento é gerido e trabalhado por eles mesmos, na maioria das vezes.

Quero crer que, em situações como essa, o bom-senso sempre falará mais alto. O Governador Aécio Neves, acredito, está sensível ao problema, que envolve milhares de pessoas, direta e indiretamente. Há aqueles que dependem da prestação dos serviços e aqueles que os prestam.

Queremos, após visita que faremos ao Secretário, sair com uma resposta positiva que possa dar tranqüilidade à classe, aos profissionais. Sabemos que hoje a fiscalização nesses veículos é feita de forma muito responsável pelo Inmetro. Se esse Instituto aprova a circulação desses veículos, creio que temos a segurança de convivermos com esse tipo de prestação de serviço em nosso trânsito.

O Inmetro é um órgão muito sério. Se ele habilitou e reconheceu que determinado veículo tem condição de rodar, isso nos dá garantia.

Proponho que essa eficácia do Inmetro, toda essa capacidade que tem de aferir condições dos veículos fosse também trabalhada nas nossas estradas, que poderiam ter também aferição de qualidade. Sabemos que o nosso maior problema não é tanto a idade da nossa frota, mas a condição do piso das nossas estradas, por onde circulam esses carros.

Como V. Exa. bem disse, há uma incoerência da qual não sabemos o porquê - mas vamos entendê-la - de um ônibus poder atravessar o nosso país, de dimensões continentais, de um lado a outro, mas que de repente esse mesmo veículo não possa ir a uma cidade da Grande Belo Horizonte. Precisamos fazer as correções necessárias.

Acredito que a solução seja a derrubada desse decreto, a sua cassação, para que possamos, a partir daí, sim, estabelecer alguma norma de trabalho, de funcionamento que atenda tanto aqueles que dependem desse transporte quanto aqueles que prestam o serviço no transporte.

Finalizando, nobre colega, quero dizer que a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo está empenhada na busca da solução dessa situação, para que tanto a nossa população quanto os nossos trabalhadores tenham tranqüilidade. Muito obrigado.

O Deputado Paulo César - Caro colega Vanderlei, concordo com V. Exa. e apóio as suas palavras. Darei mais algumas informações. Gostaria que V. Exa., como Presidente da Comissão de Turismo, prestasse atenção. Um dado que o governo não levou em conta é que todos os proprietários de ônibus, a maioria, com certeza, já pagaram os impostos do ano de 2007. Como ficaria a situação, se no meio do ano ficam proibidos de transportar e transitar com os seus ônibus? Eles pagaram impostos de seus ônibus para trabalhar o ano todo. Eles já têm a vistoria feita pelo DER, que, quando dá o ônibus como apto para transitar, quer dizer que ele pode levar tranqüilamente os seus funcionários e os contratados.

Levaremos outras informações ao Secretário Danilo de Castro e ao Vice-Governador Anastasia na audiência que teremos. No Estado da Bahia não existe limite de idade, segundo a Resolução nº 1.160, de 2005, da ANTT, legislação daquele Estado. No Espírito Santo, são 13 anos o limite para que o ônibus possa fazer o cadastramento no DER. Não há limite para transitar. Desde que o veículo esteja aprovado pelo DER e pelas vistorias, ele pode trabalhar tranqüilamente.

Em Goiás também não existe limite para os ônibus transitarem. No Estado de São Paulo, 10 anos é o limite para cadastramento no DER, sem haver limite para que o ônibus possa transitar.

Esperamos que o nosso Governador seja sensível e suspenda esse decreto. Já há uma proposta do sindicato, que achamos viável. Esperamos conseguir nas duas audiências de hoje à tarde um bom resultado para que amanhã os ônibus voltem a transitar novamente.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Deputado Paulo Cesar e, obviamente, a todos os trabalhadores que se encontram nas galerias e exercem, de forma muito democrática e com muita veemência, o exercício da cidadania e a busca de um direito.

Vou-me posicionar cumprimentando o Deputado Vanderlei Miranda, porque as palavras são muito coerentes com a realidade. Sou homem de prática e adoto sempre isso na minha vida pública, a prática, o exercício do mandato.

Quando V. Exa. diz que esses proprietários de veículos conseguiram com muito suor pagar suas contas, incluindo o IPVA do exercício de 2007, e que o Estado agiu de má-fé, confiscando recursos, faz uma afirmação muito grave para a ordem democrática, Deputado Paulo Cesar. O poder público é o primeiro a dar exemplo. Não pode o Estado, por meio do Detran, confiscar o dinheiro do pagamento do IPVA e, em seguida, através de decreto, dizer a essas pessoas que não podem mais usar o veículo, sua ferramenta de trabalho. Esse é o primeiro aspecto de extrema gravidade.

Sou Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, por onde o assunto também passa. Certamente, os que auxiliaram o Governador na elaboração do decreto fizeram-no de maneira errada. Que o Governador receba deste humilde Deputado o seguinte recado: ao especificar o limite de 15 anos, conforme mencionado de forma muito sábia, que o limite não é idade, e sim condições do veículo... Tenho experiência porque fui policial de trânsito durante quatro anos e tive oportunidade de exercer a fiscalização na prática. Além de ferir os princípios que regem a administração pública, a igualdade, a isonomia, a transparência e a eficiência, além da razoabilidade - o Estado Democrático de Direito tem de seguir os princípios previstos no art. 37 da Constituição -, faz um decreto draconiano, perverso, maquiavélico e não razoável, na medida em que não obedece ao primeiro princípio a que deveria obedecer. O veículo tem condições, os pneus estão em condições adequadas, o motor, a lataria e o estofamento estão bons? O motorista está de acordo com a lei? Af, sim, o Detran e o Inmetro são os órgãos capazes de dizer ao governo, à fiscalização deste Estado se o veículo está em condições adequadas.

Portanto, quero fazer aqui um simples apelo ao Governador. Essa medida, esse decreto que chamei de draconiano, beneficia os ricos e deixa a classe trabalhadora numa situação miserável.

Cumprimento V. Exa. e agradeço a paciência do Presidente.

O Deputado Paulo Cesar - Obrigado, Deputado; obrigado, Presidente. Queremos dizer aos empresários aqui presentes que iremos agora ao Palácio e esperamos ter sucesso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público das galerias, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de manifestar-me em nome da Bancada do PT e do PCdoB e de solidarizar-me com todos os senhores por sua luta. Tive a oportunidade de ser Prefeito de uma cidade do interior e de ampliar sensivelmente o transporte escolar, para democratizar o acesso à escola de qualidade às nossas crianças. Sabemos da importância da continuação do trabalho de vocês; sabemos do cuidado, do zelo que têm com os seus veículos, suas ferramentas de trabalho, de onde retiram o sustento de suas famílias. A manutenção que fazem deles, porque dependem deles, é inequivocamente superior à da maioria das empresas de transporte de Minas Gerais.

Portanto, gostaria de dizer aos senhores que a nossa bancada e o PCdoB cerrarão fileira com todos os Deputados que se manifestaram aqui.

Acredito que o nosso Governador terá sensibilidade suficiente para revogar o decreto e criar condições que permitam que esse grande número de trabalhadores do nosso Estado continuem trabalhando, prestando um serviço sério, de qualidade e atendendo uma grande quantidade de mineiros que também dependem desse serviço para ter acesso ao trabalho, ao estudo e para garantir o acesso à educação de seus filhos. Portanto, estamos com vocês, e assim continuaremos até a solução final.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Cumprimento o Deputado Almir Paraca pelo seu pronunciamento e registro que comungamos com o seu sentimento. Trabalhadores, pequenos empresários, profissionais do transporte, Deputado Almir Paraca e demais presentes, esse episódio já nos preocupa há algum tempo.

Quando esse decreto foi editado em 2005, recebi um grupo de lideranças nesta Casa e fui ao Palácio da Liberdade, onde sensibilizamos o Governador, que prontamente sustou o seu início, previsto há mais tempo. Naquela época, acreditamos que o bom-senso haveria de prevalecer e que o DER, órgão que tratou dessa matéria, assessoraria melhor o Governador.

Creio que esse também foi o sentimento dos profissionais que trabalham nessa área. Assim como eu, eles acreditaram que o assunto estaria superado, já que o Governador, com sua sensibilidade, compreendeu que não podia colocar isso em prática. Todos nós queremos qualidade e segurança no transporte. E também é isso o que querem os trabalhadores que aqui estão, os profissionais que militam nessa área.

Porém, nós e a grande maioria fomos surpreendidos. Embora o prazo tenha corrido, não houve mudança na proposta original, que trata desse assunto de forma equivocada ao simplesmente proibir o trânsito desses veículos para efeito de transporte após 15 anos de uso.

Creio que o Governador se sensibilizará com essa questão. Vamos nos unir e levar essa palavra. Aliás, como os senhores sabem, estou nessa luta desde que tomei conhecimento desse assunto há pouco mais de uma semana. De forma muito clara, dei várias declarações de que sou absolutamente leal ao Governador Aécio Neves, pois sou da base do governo. Tinha e continuo tendo a convicção de que houve um mal assessoramento ao Governador.

Já liguei para o DER a fim de alertá-lo sobre isso. Não é raro vermos veículos mais novos sem as condições adequadas. O fato de ser um veículo mais velho pode, quando muito, suscitar vistoria de uma forma diferenciada. Talvez até com um intervalo um pouco menor para oferecer ao cidadão que usará o veículo a segurança de que ele está vistoriado e em condições adequadas. Vejo aqui uma faixa que diz isso com clareza.

Não tenho dúvidas de que essa foi a preocupação do Governador, mas os assessores que elaboraram essa matéria foram extremamente infelizes. Portanto, minha posição de solidariedade aos senhores é muito clara. Saírei daqui e irei ao Palácio da Liberdade levar esse apelo à assessoria do Governador e a ele o mais rápido possível, para que essa matéria seja novamente estudada. Primeiro, é preciso que sejam sustados ou suspensos os efeitos do decreto, até que se encontre uma maneira mais adequada de garantir isso ao cidadão, ao aluno que é transportado.

Deputado Almir Paraca, muitas Prefeituras fretam o ônibus para o transporte escolar na zona rural. Ora, se essa zona rural faz divisa com algum Município, e isso ocorre, daqui a pouco estaríamos proibindo as próprias Prefeituras de fazerem o fretamento, já que 99% fretam veículos mais velhos por uma questão de custo. E, se o custo for excessivamente aumentado, vai doer no bolso não só da Prefeitura mas também do aluno universitário, do trabalhador que usa esse tipo de transporte.

Portanto, para nós, a matéria não está esgotada. Estaremos ao lado de vocês e esperamos sensibilizar as autoridades do DER, que foi de onde saiu essa matéria. Aliás, no meu entendimento isso ocorreu de forma equivocada. Tentaremos fazer com que o Governador reveja esse decreto e estabeleça mecanismo de controle e de vistoria sim, mas proibição de maneira radical não. Parabéns pela iniciativa e obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores do transporte fretado de Minas Gerais em nome do PCdoB, da Bancada do PT e da Comissão de Participação Popular, do Deputado André Quintão.

Estamos de pleno acordo com a imediata revogação do famigerado decreto que está na contramão da história em Minas Gerais. O que mais nos chama a atenção, Deputado Almir Paraca, é a tristeza de ver os trabalhadores saírem de suas casas para, na última hora, fazer um apelo ao Sr. Governador. Já deveria ter havido maior sensibilidade dos órgãos do Estado. Esse decreto já era para ter sido revogado, uma vez que quem

conhece a situação e a dedicação desses trabalhadores sabem que Minas Gerais não pode viver sem esse transporte. O que queremos é exigir ao Estado o cumprimento do papel constitucional de vistoria e de segurança nas estradas, pavimentando não só as estradas federais de Minas, que estão em péssimas condições, mas também as estradas estaduais. Esse é o papel que Minas Gerais tem de cumprir, mas não impedir trabalhadores honestos, que sustentam suas famílias, de trabalhar. Estamos de pleno acordo com o movimento do transporte fretado e exigimos a imediata revogação do decreto. Estão de parabéns os trabalhadores.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado, para aqueles que não me conhecem e que estão nas galerias, gostaria de dizer que sou o homem do PSDB, o partido do governo. Tenho plena convicção de que o Governador foi levado a cometer um equívoco ao assinar o referido decreto. Em vários outros exemplos de decretos equivocados assinados pelo Governador, ele teve a grandeza e a humildade de reconhecer o erro e anular o feito.

Recentemente - também vinculado à área do transporte -, foi baixado um decreto relativo às linhas de ônibus de cidades muito próximas, o chamado urbanismo continuado, que proibia a circulação de ônibus coletivo entre essas cidades. Estou citando o exemplo do que acontecia há mais de 20 anos. Por meio do referido decreto, o transporte por meio desses ônibus urbanos foi suspenso, mas, imediatamente, a categoria se mobilizou e veio à Assembléia Legislativa, para mostrar o equívoco cometido por meio do decreto. Esse equívoco foi levado ao Governador, que prontamente o reconheceu e o cancelou. Na verdade, foi a sua equipe técnica de transportes que o levou a assinar o decreto. Nesse caso, especificamente, tenho a plena convicção de que, chegando ao Governador a notícia do grave erro cometido, ele retrocederá, sem o menor constrangimento.

O importante é que seja assegurado ao transportado as boas condições do transporte. Se o veículo tem 5, 10, 20, 40, ou 100 anos não interessa; o que interessa é ter pneu bom e motorista em condição de dirigir. Se o transporte estiver em boas condições, a idade do veículo não interessará.

Tenho plena convicção de que o problema será levado ao Governador, inclusive pelos partidos da base, e ele não terá o menor constrangimento de anular esse decreto, com tranqüilidade; na verdade, terá a grandeza de fazê-lo, porque ele sabe que esse trabalho de transporte é fundamental para pais de famílias, trabalhadores de Minas Gerais. Digo isso como homem do PSDB. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Gostaria de completar o nosso pronunciamento dizendo que pode estar havendo alguns interesses escusos, o que esperamos seja corrigido. Aliás, essa situação é muito comum na sociedade em que vivemos, em que se fala muito de liberdade de concorrência e de democratização de oportunidades, apesar de existirem os interesses escusos daqueles que, infelizmente, controlam os segmentos produtivos neste país e neste Estado, fazendo valer os próprios interesses por meio de outros mecanismos, que não aqueles que devem gerir a vida da sociedade, a vida coletiva, em prol do interesse da grande maioria.

Portanto, mais uma vez, parabeno-os pela luta, pela mobilização. Tenho certeza de que os Deputados, não só os que se pronunciaram aqui, mas a grande maioria desta Casa, perfilarão com vocês até a vitória. Parabéns! Sigam em frente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos presentes nas galerias, motoristas do transporte fretado, em meu nome e no do PHS, quero manifestar total apoio à reivindicação de vocês que hoje estão aqui nesta Casa Legislativa, que é a Casa do povo; ou seja, vocês estão em casa.

A reivindicação é legítima, e solidarizo-me com vocês, até porque sempre fui usuário do transporte fretado. Hoje represento um dos segmentos que mais utilizam o transporte fretado: os movimentos da Igreja com as suas peregrinações a Aparecida, a Canção Nova e a Renovação Carismática Católica. Portanto, quero falar da importância da classe de vocês.

Fazendo coro com as palavras dos outros Deputados que me antecederam nesta tribuna, tenho certeza de que o nosso Governador Aécio Neves refletirá e perceberá que o caminho será justamente acabar com esse decreto. Parabeno-os pela manifestação. Quando a sociedade se reúne e se organiza, ajuda, a nós, que somos seus representantes, a termos um parâmetro de avaliação.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte)* - Eu, como Deputado da base do governo, também quero congratular-me com todos os transportadores, principalmente os do transporte escolar. Trabalho com uma universidade, e temos cursos em cidades-pólo. Em muitas cidades há ônibus que saem levando e trazendo estudantes às cidades-pólo. Os donos desses ônibus são as associações ou mesmos os transportadores. Em geral, esses ônibus têm mais de 15 anos, o que poderá inviabilizar a continuação dos estudos dessa imensa quantidade de estudantes. É preciso renovar a frota, mas incentivos devem ser dados. Quem transporta alunos têm de ganhar isenção do ICMS. O Governador pode isentar o transporte de ICMS; e pode liberar uma linha de crédito no BDMG para compra de ônibus que pode ser paga em 10 anos, com juros subsidiados.

É preciso dar condições aos transportadores para que possam, de fato, cumprir o seu papel. Podem contar conosco, levaremos esse protesto ao Governador e ao Danilo de Castro para que esse decreto seja revertido o mais urgentemente possível. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, nobre Deputado. Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero fazer uma convocação importante a todos os Deputados desta Casa; trata-se de algo que interessa a toda a população de Minas Gerais. No próximo dia 14, às 14h30min, realizaremos uma reunião conjunta da Comissão de Transporte e Obras Públicas e da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debatermos sobre o Aeroporto de Confins como alternativa de solução do tráfego aéreo no Brasil.

Esse requerimento que apresentamos, aprovado nas duas Comissões, é de suma importância. Portanto, convocamos as bancadas estadual e federal, Câmara dos Deputados e Senado, para estarmos aqui no dia 14, às 14h30min, com presença confirmada do Deputado Miguel Martini, da CPI do Tráfego Aéreo; do Sr. Valceni, Superintendente de Gestão Operacional do Tráfego Aéreo; do Sr. José Wilson, Superintendente do Aeroporto de Confins. Sabemos que o caos está instalado, portanto, estamos buscando diagnósticos e resultados para superar essa crise. Sabemos também que o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, é aquele com maior capacidade de absorção do tráfego aéreo e de expansão do nosso país. É a força dos mineiros propondo a solução para esse problema que tanto aflige o povo brasileiro, o caos aéreo que enfrentamos hoje. Obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade e, mais uma vez, parabéns e sucesso na luta dos motoristas do transporte fretado. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, motoristas dos transportes fretados que nos deram a honra de participar do primeiro momento deste Parlamento mineiro, tenham certeza absoluta do apoio de todos os parlamentares. Àqueles que fizeram aqui suas considerações quero unir-me também, em nome do Sul de Minas, que tenho o prazer de representar neste Parlamento. Apresento a todos a nossa solidariedade. Temos recebido inúmeras reclamações e mensagens do inconformismo frente ao decreto.

Certamente, com a sensibilidade do Governador Aécio Neves, encontraremos rapidamente uma solução tranquilizadora para todos.

Agradeço a presença de todos os senhores. Sem dúvida alguma, a Casa é de vocês, é do povo mineiro. Esta, sim, é a maior caixa de ressonância da democracia do nosso Estado. Todas as vezes que as galerias estão cheias com pessoas do povo e que contamos com a presença de todos que aqui vêm fazer seus reclamos, podem ter certeza, meus amigos e amigas, de que nos enchemos de orgulho e muita honra por recepçã-los. Também seremos parceiros nessa empreitada, como todos esperam do Parlamento, junto ao governo.

Tenho a certeza de que Deus encontrará a melhor solução para a tranquilidade de vocês e de suas famílias.

Sr. Presidente, serei rápido, mas não poderia deixar de ocupar, regimentalmente, o Plenário, uma vez que, na semana passada, havia-me inscrito e fiz uso da tribuna. Regimentalmente, faço, neste momento, uma profunda reflexão nesta Casa, com todos os Deputados que certamente irão nos associar nessa nova lavra.

Há cinco anos, este Plenário foi palco de um ciclo de debates que resultou na edição da Carta de Minas, que continha a seguinte mensagem à sociedade: "Não podemos nos calar diante da tentativa de privatizar Furnas". Tão importante documento, cujos resultados almejados, à época, certamente foram alcançados por conta daquela jornada cívica liderada por nomes da envergadura maior de Itamar Franco e Aureliano Chaves, afirmava a importância estratégica de Furnas para o País.

Muito antes desse evento, Srs. Deputados, o Parlamento mineiro já havia dado ensejo à criação da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas, que promoveu diversos atos cívicos e de reconhecida bravura em defesa do interesse nacional, cujos trabalhos foram presididos pelo atual Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Faço essas considerações, sim, a propósito das comemorações que estamos vivenciando, dos 50 anos de criação de Furnas, cuja homenagem foi por nós requerida com o apoio dos demais pares, com vistas à realização de sessão especial neste Plenário.

‘O pensamento cria, mas é a vontade que realiza’. Sem dúvida alguma, devemos à vontade criativa do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira a fundação de Furnas Centrais Elétricas. Não fosse a visão futurista e a vontade férrea de JK, não teríamos hoje a realidade de Furnas e do sistema elétrico nacional. Foi essa perspectiva do futuro que levou Juscelino a criar, em 1957, a Central Elétrica de Furnas.

Ironicamente, como acontece em nossos dias, o Brasil deparava com o risco de um colapso energético, que ameaçava o processo de industrialização que então se acelerava. Infelizmente, os esforços hoje despendidos pela causa do crescimento nacional podem ser frustrados pela falta de energia elétrica. Aliás, cumpre ressaltar o contundente alerta que faz, com muita propriedade, o Presidente Itamar Franco, em artigo publicado no "Estado de Minas", de hoje, nos seguintes termos: "Até 2016, para um crescimento em torno de 4%, o Brasil precisará instalar 42.000mW à sua capacidade de gerar energia. É um desafio enorme. Significa acrescentar mais 40% a todo o esforço de geração conduzido no setor elétrico até hoje. Sem empresas públicas eficazes, isso não é possível. E, entre elas, pontei Furnas".

Furnas é fruto de um projeto ambicioso, concebido com a missão de aumentar a capacidade energética então instalada no Brasil.

Cinqüenta anos depois de sua criação, Furnas Centrais Elétricas transformou-se na maior empresa de energia elétrica do Brasil e desenvolveu tecnologias que a colocam como uma das empresas mais avançadas do mundo na geração de energia elétrica.

Hoje, além de Minas Gerais, Furnas está presente no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraná e Rondônia.

A empresa conta com um complexo de 11 usinas hidrelétricas e duas termelétricas, totalizando uma potência de 10.000mW. Conta, ainda, com 20.000km de linhas de transmissão e 46 subestações, garantindo o fornecimento de energia elétrica em uma região onde estão situados 51% dos domicílios brasileiros e que responde por 65% do PIB brasileiro.

Nesse diapasão, presidida pelo mineiro José Pedro de Oliveira, cuja honorabilidade é enaltecida com muita justiça em outro brilhante artigo, também publicado na data de hoje no jornal "Estado de Minas", da lavra do acadêmico Murilo Badaró, Furnas elegeu como seu objetivo constante a busca da eficiência administrativa e fez do compromisso com a comunidade um verdadeiro imperativo.

Lamentavelmente, no curso dessas celebrações cinquentenárias de uma idéia vitoriosa consolidada pelo trabalho de grandes profissionais que com ela já colaboraram ou vêm colaborando ao longo de sua história, estamos diante de um novo desafio, cuja síntese foi bem definida pela jornalista Míriam Leitão, em sua coluna publicada no jornal "O Globo" no último dia 31, cujas palavras peço licença para reproduzir: "Furnas é um gigante. Desenvolveu sua capacidade em anos de esforço, trabalho e formação de quadros técnicos na área elétrica. Quase sempre teve Presidentes mineiros. (...) a maioria absoluta se formou na velha escola de excelência técnica do primeiro Presidente, John Cotrim, e de outro Presidente, João Camilo Pena. Mas o fato é que entregar Furnas agora ao mais explícito loteamento político será uma insensatez".

Neste momento, sou tomado pelo sentimento maior de defesa de uma empresa do Sul de Minas, pois Furnas foi originariamente criada com o objetivo de construir e operar no Rio Grande, a primeira usina hidrelétrica de grande porte do Brasil, sendo que a empresa começou a funcionar efetivamente em 1963, na cidade de Passos.

Não foi por acaso que Minas, unida, levantou-se na defesa de Furnas como empresa pública controlada pelos brasileiros, quando se tentou sua privatização. Em inúmeros atos públicos, a população mineira se manifestou de forma contundente contra a privatização de Furnas, e o mesmo ocorreu em várias partes do Brasil.

Parece chegada a hora, novamente, de as lideranças políticas mineiras reafirmarem, mais do que nunca, a consciência da importância de Furnas para o Brasil, e alçarem a voz em defesa da presença mineira em seus quadros tão necessários e indispensáveis.

Creio que todos nós, que temos aguçado em nossas almas o espírito de mineiridade, temos também o dever de defender a permanência em mãos mineiras da condução dos destinos de Furnas, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento do País.

Assim, Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que defira o nosso requerimento e designe a data de realização da reunião especial em homenagem ao cinquentenário de Furnas, como ato que invocará a relevância que os mineiros atribuem a essa empresa pública nascida no Sul de Minas e cuja história - esteio para a produção e a distribuição de energia para todo o Brasil - deve ser preservada e enaltecida em benefício das futuras gerações do Brasil e de Minas Gerais.

Quero, Sr. Presidente, ao pronunciar essas palavras, dizer da nossa insatisfação e preocupação. Furnas é o exemplo de Minas para o Brasil. Quero agradecer e enaltecer o jornal "O Tempo", que, há dias, publicou uma matéria de nossa iniciativa, demonstrando o papel significativo de Furnas a todo o Brasil, pelo exemplo maior de honorabilidade do seu Presidente, da capacidade de seus técnicos e engenheiros, e principalmente pelo seu perfil extraordinário de energia elétrica para Minas e para o Brasil.

Faço questão, do alto desta tribuna, de manifestar a nossa preocupação, mas, ao mesmo tempo, também de parabenizar Furnas por todos aqueles que fizeram a sua história, como o nosso Presidente Itamar Franco, com sua presença marcante, quando deu, acima de tudo, o seu grito de alerta - "não" à privatização -; e também de Aureliano Chaves e de muitos exemplos. De Juscelino Kubitschek, do chão mineiro para Minas Gerais. Acima de tudo, consagrou-se a vitória de Minas para o Brasil e para o mundo.

São essas as considerações que queremos fazer em homenagem a Furnas, à nossa cinquentenária, que tanto orgulho dá aos mineiros e aos brasileiros. Agradeço a V. Exa.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, fazemos uso da tribuna para tratar de uma questão que temos acompanhado e que nos tem preocupado particularmente. Diz respeito a um assunto que, apesar de localizado, estende-se a toda a Minas Gerais, uma vez que se trata da aplicação das compensações ambientais em nosso Estado.

É inegável, e nos parece senso comum, que o Estado de Minas Gerais possui hoje um dos melhores sistemas de meio ambiente do País, ancorado em uma legislação moderna e eficaz, muito bem sintonizada com as leis federais que lhe servem de marco. Mas é importante ressaltar, Sr. Presidente, que não estamos aqui afirmando o fato de termos atingido um estágio de perfeição na consecução da política ambiental em Minas Gerais.

Reconhecemos, por evidente, que temos um Sistema Estadual de Meio Ambiente atuante e com princípios de ação que apoiamos como paradigmas da administração pública, entre os quais destacamos a execução da política ambiental de forma participativa e descentralizada e a presença de um Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, de composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, em que o Executivo Estadual compartilha responsabilidades com os representantes de entidades de classes, técnico-científicas, ONGs e pessoas de notório saber, no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a Política Estadual de Meio Ambiente.

Acreditamos ser necessário repetir aqui a inestimável contribuição que esta Casa legislativa tem dado para a elaboração das leis estaduais de meio ambiente, e mesmo na construção do arcabouço legal federal, por meio de proposições colhidas nos inúmeros eventos internos e externos, e nas atividades institucionais da sempre atuante Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a qual temos orgulho de integrar nesta legislatura.

Mas sabemos, como parlamentares, que é preciso estarmos sempre atentos para contribuir para o aprimoramento das leis e da estrutura institucional de Minas Gerais. Nossa atuação no Parlamento mineiro e no coletivo do PT sempre esteve voltada para a elaboração de políticas públicas embasadas nos preceitos do desenvolvimento sustentável. Por isso nunca tivemos constrangimento de apoiar iniciativas que visassem ao desenvolvimento socioeconômico e à harmonização da atividade econômica com a proteção do meio ambiente.

Mais ainda, sempre defendemos e defenderemos os direitos das populações mais necessitadas, particularmente aquelas atingidas por obras que, necessárias ao progresso do Estado e do País, provocam impactos significativos em suas respectivas áreas de influência. Por outro lado, vamo-nos opor a toda e qualquer ação que vise tão-somente à obtenção de lucros exorbitantes, sem adotar os cuidados com a preservação ambiental e o seu principal elemento: o homem.

Sr. Presidente, fazemos esse preâmbulo por entender ser necessário à compreensão dos limites da nossa crítica a uma ação dos órgãos ambientais, mais especificamente da Câmara de Proteção da Biodiversidade - CPB - do Copam. Trata-se da destinação que se propôs a recurso financeiro proveniente de medida compensatória de empreendimento mineral do Município de Paracatu.

A medida de compensação ambiental foi instituída pela Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, também conhecida como Lei do SNUC. A finalidade precípua dessa compensação, conforme explicita o art. 36 da lei, é estabelecer um valor pecuniário destinado a "apoiar a implantação e a manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral". O seu § 1º determina: "O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau do impacto causado pelo empreendimento".

Em Minas Gerais, quem estabelece o montante da compensação ambiental e a forma de sua aplicação é o Copam, por meio da sua CPB.

Srs. Presidente e Deputados, na situação que aqui relatamos, a CPB determinou à Rio Paracatu Mineração - RPM -, mineradora de ouro localizada nas proximidades da cidade de Paracatu, uma compensação ambiental no valor de R\$565.375,19, dos quais R\$84.806,28 destinados ao Parque Municipal de Paracatu Clarismundo Xavier da Silva e os demais R\$480.568,91 a serem empregados na manutenção de unidades de conservação fora da região de Paracatu. Pela decisão da CPB, a parte destinada ao Município onde ocorre a atividade é quase seis vezes menor do que a quantia destinada a unidades de conservação dispersas no Estado e sem nenhuma relação com o Município afetado pela mineração.

Srs. Presidente e Deputados, a nossa indignação com a decisão da CPB, do Copam, prende-se à natureza do que se pretende compensar com o valor estipulado.

Para extrair ouro das rochas, a RPM utiliza um procedimento de lavra singular. A extração da rocha se faz a céu aberto. Uma grande quantidade de metal rochoso é escavado, transformado em brita e depositado em longas pilhas sobre uma base especialmente preparada. Em seguida, as pilhas são lavadas com uma solução ácida que retira o ouro da rocha britada. O metal precioso é recuperado da solução ácida e purificado em laboratório. Do processo restam cavas imensas que, mesmo depois de preenchidas com o material restante nas pilhas, jamais voltarão a ter as características originais.

Esse é o impacto que se pretende compensar com a medida que comentamos. Toda a área de lavra da RPM está integralmente situada no Município de Paracatu. A cava da mina está nos limites da zona urbana da sede municipal, dentro da bacia hidrográfica do Córrego Rico e muito próxima do Córrego Espalha e do Ribeirão Santa Isabel, mananciais responsáveis pelo abastecimento da cidade. Por essa razão, essas bacias hidrográficas foram declaradas áreas de proteção especial pelo Decreto nº 29.587, de 1989, justamente para assegurar o abastecimento de água à população de Paracatu.

A ironia de aplicar recursos gerados em Paracatu na melhoria da proteção ambiental em locais tão distantes é que a reserva determinada pelo decreto vem sendo diariamente agredida exatamente pela falta dessa mesma proteção. Portanto, é incompreensível a proposta de desviar a maior parte dos recursos, que nós consideramos insuficientes em face da magnitude do impacto e do seu caráter irreversível, para unidades de conservação longínquas. A agressão ambiental, a ameaça aos recursos hídricos destinados ao abastecimento público, a degradação do solo e as

turbações várias, como ruído, poeira e o tráfego de veículos pesados, ocorrem praticamente na zona urbana do nosso Município.

É legítima, portanto, Sr. Presidente, a nossa proposição de que o Copam revogue a decisão da Câmara de Proteção à Biodiversidade e determine que os recursos financeiros oriundos da medida de compensação ambiental imposta à RPM sejam aplicados na sua totalidade em Paracatu.

Ao nos dirigirmos ao Plenário desta Casa, pretendemos que os senhores Deputados apóiem a nossa iniciativa de exigir que a aplicação dos recursos financeiros da compensação se dê integralmente na proteção dos mananciais que abastecem a cidade e na consolidação das áreas especialmente protegidas, que dão suporte à vida do Córrego Espalha e do Ribeirão Santa Isabel e aos animais silvestres que encontram abrigo nessa reserva natural.

Assim procedendo, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais dará mais uma demonstração de empenho na defesa do meio ambiente e se soma às manifestações da população de Paracatu, dos Poderes Legislativo e Executivo do Município e da Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco do Ministério Público Estadual.

Sr. Presidente, antes de finalizar - desde já manifesto o nosso agradecimento a todos -, agradecemos aos assessores da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que muito nos tem apoiado e nos ajudado a analisar as proposições que ali chegam. Particularmente nesse caso, também colaborou para que avaliássemos a destinação desses recursos da compensação ambiental.

Reafirmamos que consideramos esse tema muito importante, apesar de ser uma questão específica a que aqui trazemos, pois dessa interpretação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, podemos estender e reorientar a aplicação das medidas compensatórias em Minas Gerais, preservando sempre os locais mais impactados ou, particularmente, os que sofrem os impactos diretos da medida que vem para compensar. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Prezado Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, queria registrar, desta tribuna, de maneira muito nítida, a posição dos Deputados e Deputadas do PT e do PCdoB relativamente à mensagem do Sr. Governador comunicando seu veto ao Projeto de Lei Complementar nº 17 - proposição que foi aprovada por esta Casa, com nosso voto contrário -, que trata da estruturação do Ministério Público no Estado. Queria, ainda, explicitar essa nossa posição, que, nesse caso, é coincidente com a posição do Sr. Governador, de maneira muito tranqüila, apresentando, ainda, argumentos que acredito poderão sensibilizar a Assembléia Legislativa a manter esse veto.

Acho muito importante e desejável que qualquer órgão, seja ele do Judiciário, seja do Executivo, seja do próprio Legislativo, tenham um permanente processo de aperfeiçoamento, e isso é válido também para o Ministério Público. Considero que o controle social é importante. A sociedade precisa acompanhar os procedimentos do Judiciário, do Ministério Público, do Executivo e do Legislativo. Um processo dessa natureza, que envolve tantas polêmicas, de natureza jurídica, técnica e política, exige um debate maior com a sociedade.

Antes de entrar no mérito, coloco isso como premissa, porque, da forma como o projeto foi aprovado pela Assembléia, ele ficou relativizado. Reitero que muitos parlamentares apresentaram sugestões construtivas. Quero fazer a ressalva de que existem contribuições positivas naquilo que foi aprovado pela Assembléia, mas, no conjunto, como não houve um aprofundamento, um diálogo, uma participação maior da sociedade, o conjunto do projeto aprovado ficou relativizado e foi polemizado. Em alguns casos, foi até mal interpretado.

Entrando no mérito, e o Bloco PT-PCdoB já levantou essa questão, no tocante às remunerações e às indenizações, já havia discordância e questionamento jurídico, além de algumas ressalvas. Quanto à concentração de poderes nas mãos do Procurador-Geral, havia, também da nossa parte, necessidade de maior debate. A concentração nas mãos de um único Procurador de decisões referentes a 1.981 autoridades - e queria dizer que não me refiro apenas aos 77 Deputados Estaduais - já levantava polêmica. Essa concentração de poderes nas mãos do Procurador-Geral poderia, além de conferir morosidade muito grande aos processos, concentrar muito poder.

No entanto, o projeto, por sua vez, levantou algumas questões. Por exemplo, necessidade de dar publicidade a termos de ajustamento de conduta. Esse é um ponto positivo, ou seja, o acompanhamento eletrônico pelo cidadão dos processos do Ministério Público.

Mas, diante do impasse que beirou a um convívio institucional delicado - e é importante que resgatemos na democracia o bom convívio institucional, respeitadas as autonomias -, tudo isso levou a que todo o processo fosse colocado num patamar que opôs segmentos expressivos da sociedade às muitas das finalidades nobres que alguns pontos do projeto continham.

Assim, politicamente, neste momento, seria fundamental - e essa é a posição do PT e do PCdoB - que a Assembléia mantivesse os vetos em um clima não de derrota do Poder Legislativo mas de reconhecimento por parte dele de que, em razão de o processo não envolver de maneira tão efetiva a sociedade, e da polêmica intrínseca ao conteúdo do projeto, pudéssemos, ao manter o veto, reabrir o debate. E não só com o Ministério Público, mas também com a sociedade, sobre quais mecanismos pudessem ser adotados para conferir maior agilidade, transparência e acompanhamento às ações do Ministério Público.

Sei que esse ponto motivou, sim, boa parte desta Casa. Não vejo nenhuma derrota ou problema em a Assembléia reconhecer e reabrir o debate. Se a Assembléia realiza audiências, fóruns técnicos, ciclos de debates e seminários, por que não poderia promover esse debate, um fórum técnico sobre o controle social e o funcionamento do Ministério Público, com o Ministério Público! Não podemos incorrer no erro de, em razão de equívocos ou exageros de alguns Promotores, generalizar a atuação do Ministério Público.

Acho também equivocado, por causa do comportamento equivocado de alguns parlamentares, colocar todo o Legislativo sob suspeita em algumas situações. E acho ainda equivocado, em razão de equívocos cometidos por integrantes de partidos políticos, generalizar a crítica ao funcionamento dos partidos.

Não podemos, por erros de conduta ou de procedimentos, generalizar uma avaliação ou mesmo um caminho de correção para toda uma instituição. Daí a importância de se envolver o próprio Ministério Público, principalmente naqueles pontos em que entendemos que algumas das propostas apresentadas pela Assembléia avançaram.

Quero fazer também uma colocação de natureza política. O Governador fez o veto integral. O Bloco do PT-PCdoB defenderá a posição do Governador. Mas, para que a posição do Governador tenha desdobramento e consequência política, é importante que os argumentos utilizados por ele no veto sejam discutidos politicamente pelo governo com a sua base de apoio na Casa. Até porque esta é uma casa política.

Li pela imprensa uma crítica ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho. Quero aqui discordar do tom da crítica emitida por uma autoridade nacional do Ministério Público, que elogia a coragem do Governador e critica a falta de coragem do Presidente da Assembléia. Isso está incorreto. O Presidente da Assembléia Legislativa não é Líder de bloco ou de partido; ele segue o Regimento e coloca os projetos em votação. No caso específico, o requerimento de retirada de projeto do Ministério Público foi colocado em votação - aliás, votamo-lo

para atender a esse órgão. A maioria dos Deputados achou melhor votar o projeto. Nesse sentido, o Presidente da Assembléia não tem como impor sua vontade própria.

Portanto, solidarizo-me com o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho. É equivocado dizer que faltou coragem ao Presidente da Assembléia e sobrou coragem ao Governador. Até porque queremos ver agora a posição do governo ser referendada na Casa, já que tem maioria aqui. O projeto a que muitos atribuem "foro privilegiado", entre aspas, privilegia também autoridades estaduais. Seria muito ruim para a sociedade e até para o governo que pairasse qualquer dúvida sobre a intencionalidade real, efetiva, corajosa e verdadeira do governo nessa situação. Se, de fato, as razões do veto são tão elogiadas nacionalmente hoje, é importante que prevaleçam na análise desta Casa. Na maioria das vezes, com voto contrário do PT e do PCdoB, a posição do Governador prevalece aqui. Sabemos que esta é uma Casa Legislativa que possui autonomia. Ela não pode ser extensão do Palácio da Liberdade ou do Palácio dos Despachos. E isso vale para o Presidente Lula, para o Governador de Minas e para os Prefeitos. O Executivo, por meio de seus Líderes, tem a capacidade de articulação política para fazer valer seus propósitos. Se o propósito do Governador é que Minas não dê mau exemplo para o Brasil, que Minas discuta nacionalmente uma resolução para o Ministério Público, que não haja disparidade entre esse órgão e outros segmentos do Judiciário, esperamos conseqüências políticas nesta Casa. O Bloco PT- PCdoB está à disposição do Governador para articular com sua base a manutenção do veto. Após essa manutenção, deve-se realizar um fórum técnico ou ciclo de debates, junto ao Ministério Público, que é digno e bem conduzido em Minas Gerais.

Repito: não podemos generalizar a atuação de alguns integrantes do Ministério Público, assim como não podemos deixar de reconhecer que alguns itens do projeto aprovado geram avanços. É importante dar publicidade a termos de ajustamento de conduta, é importante que o cidadão acompanhe as ações do Ministério Público, é importante haver rodízio.

Porém, vamos discutir essa questão e explicar esses itens à sociedade. Nobres Deputados, Deputadas, telespectadores, o problema é que, da forma como isso foi apresentado e talvez pelo processo de aprovação, muitos sequer conhecem o conteúdo daquilo que foi aprovado e vetado.

Reconhecemos a importância do veto a essa proposição, pois foi um gesto político importante do Governador. Também reconhecemos que temos de dar um desdobramento político a essa questão para que ela não permaneça apenas nas manchetes, pois isso pode não resolver o impasse e a situação.

Seria de bom-tom que as Lideranças do governo nesta Casa, com as Lideranças da Oposição, discutissem a situação politicamente. É preciso discutir como construir uma nova legislação, em que o controle social sobre o Ministério Público também pudesse ser exercido, mas de maneira democrática, com a participação da população já na formulação desse projeto, criando-se condições para a manutenção do veto. É importante a manutenção do veto. Não adianta o Governador vetar, ser elogiado nacionalmente e depois a Assembléia derrubar o veto e os efeitos da proposição se perpetuarem em Minas Gerais.

Num clima de diálogo, e não de um Poder sobre o outro, de derrota ou de vitória, é que se devem construir as condições possíveis para a manutenção do veto e para o avanço das questões importantes referentes ao Ministério Público, que é uma conquista da qual não podemos abrir mão, com o conjunto da sociedade e das instituições. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/8/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando Elton Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Walison Alves do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Elton Martins para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Walison Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

nomeando Domingos José da Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Joaquim Duarte Lage Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Fátima Vidal Barates para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odontodoc - Radiografias Odontológicas e Documentação Ortodôntica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade Raio X. Vigência: 60 meses, a partir da data de assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.